



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**REDES ALIMENTARES ALTERNATIVAS NA METRÓPOLE DE SÃO  
PAULO: MOVIMENTOS DE PROXIMIDADE ENTRE AGRICULTORES E  
CONSUMIDORES EM TEMPOS DE PANDEMIA**

**NATÁLIA KWOK YEE CHEUNG**

**Araras**

**2022**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**REDES ALIMENTARES ALTERNATIVAS NA METRÓPOLE DE SÃO  
PAULO: MOVIMENTOS DE PROXIMIDADE ENTRE AGRICULTORES E  
CONSUMIDORES EM TEMPOS DE PANDEMIA**

**NATÁLIA KWOK YEE CHEUNG**

**ORIENTADOR: PROFA. DRA. LUCIMAR SANTIAGO DE ABREU  
CO-ORIENTADOR: PROFA. DRA. ADRIANA ESTELA SANJUAN MONTEBELLO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural como requisito parcial à obtenção do título de **MESTRE EM AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**Araras**

**2022**

Kwok Yee Cheung, Natália

Redes alimentares alternativas na metrópole de São Paulo: movimentos de proximidade entre agricultores e consumidores em tempos de pandemia / Natália Kwok Yee Cheung -- 2022.  
96f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus Araras, Araras  
Orientador (a): Lucimar Santiago de Abreu  
Banca Examinadora: Catia Grisa, Estevan Felipe Pizarro Muñoz  
Bibliografia

1. Agroecologia. 2. Sistemas alimentares sustentáveis. 3. Redes de proximidade. I. Kwok Yee Cheung, Natália. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática  
(SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Maria Helena Sachi do Amaral - CRB/8  
7083



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**

Centro de Ciências Agrárias  
Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural

---

**Folha de Aprovação**

---

Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Natália Kwok Yee Cheung, realizada em 17/08/2022.

**Comissão Julgadora:**

Profa. Dra. Adriana Estela Sanjuan Montebello (UFSCar)

Profa. Dra. Catia Grisa (UFRGS)

Prof. Dr. Estevan Felipe Pizarro Muñoz (UFSC)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 e ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal de São Carlos (PPGADR/UFSCar). À todas as pessoas que trabalharam e trabalham para manter essa instituição de ensino funcionando, apesar de tantas limitações vividas pelas universidades federais nos últimos anos. Em especial agradeço à Tereza Cristina Roesler Ré (Cris) e à professora Anastácia Fontanetti, que sempre estiveram à disposição para apoiar nosso percurso como mestrandos.

À minha orientadora, Lucimar Santiago de Abreu, com quem tive o privilégio de aprender muito sobre o processo acadêmico e que, para além disso, foi fundamental para me encorajar a seguir confiante na pesquisa (diante das dificuldades impostas pela pandemia), pois trazia sempre muito afeto e generosidade nas nossas trocas. Agradeço também à minha co-orientadora, Adriana Estela Sanjuan Montebello, com a qual me simpatizei antes mesmo de me tornar oficialmente mestranda, na época como aluna especial da disciplina que ela ministrava. Obrigada por suas contribuições para melhoria desse estudo.

Aos meus colegas de turma do mestrado, que abrilhantaram e fortaleceram meus sentidos para o caminhar agroecológico. Mesmo com apenas uma semana de convivência presencial e todas as demais semanas nos vendo pelas telas do computador, pudemos compartilhar muitos saberes, alegrias, risadas, e também nos apoiar em momentos de nervosismo e angústia. Um agradecimento especial às amigas Candela Arias, Emmanuély Fernandes, Jéssica Gonçalves e Maeli Trindade, e aos amigos Maicon Caatingueiro e Marcelinho Xavier.

À minha família e amigos, que são minha referência e fonte de inspiração para seguir acreditando nos meus valores e propósitos de vida.

Ao meu companheiro Miguel Prata, por seu incentivo, acolhimento e amor. Por suas leituras e revisões de texto cuidadosas. Por nossas conversas e reflexões

que enriquecem minha alma e fazem querer me mover na direção de uma sociedade pluriversal, mais justa e igualitária.

Aos queridos parceiros da Cores Vivas Rede Agroecológica, com quem tenho a sorte de aprender e vivenciar a agroecologia em sua prática: João Cavaliere e família (Sítio 3 Marias), Murilo Morelli (Sítio Corujinha), Vicente Américo (Recanto das Orquídeas) e Eleuza Alves (Sítio Aconchego Verde). Também agradeço à rede de consumidores da feira, que confiam no trabalho dos agricultores e seguem apoiando a produção agroecológica local.

À Cooperapas, seus agricultores e agricultoras, que realizam um papel fundamental na preservação das nascentes e da biodiversidade da cidade mais populosa do país.

## SUMÁRIO

	Página
ÍNDICE DE FIGURAS .....	i
ÍNDICE DE QUADROS .....	ii
RESUMO .....	iii
ABSTRACT .....	v
APRESENTAÇÃO .....	vii
1. INTRODUÇÃO .....	1
2. PROBLEMÁTICA DA PESQUISA: APORTE TEÓRICO CONCEITUAL .....	8
2.1 Práticas não sustentáveis na agricultura, desequilíbrios e pandemia .....	8
2.2 Agroecologia e as redes alimentares alternativas .....	11
3. PERCURSO METODOLÓGICO .....	17
4. CONTEXTO DO ESTUDO DE CASO .....	21
4.1 Descrição da região .....	21
4.2 Aspectos históricos e socioambientais do distrito de Parelheiros .....	26
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO .....	28
5.1 Análise sob o ponto de vista da oferta de alimentos .....	29
5.1.1 Reconstrução de trajetórias e práticas das agricultoras .....	29

## SUMÁRIO

	Página
5.1.2 A comercialização na pandemia .....	38
5.2 Análise sob o ponto de vista dos consumidores .....	45
5.2.1 Perfil socioeconômico dos consumidores .....	45
5.2.2 Motivações de consumo e percepções sobre a agroecologia .....	47
5.2.3 A proximidade geográfica .....	53
5.2.4 Hábitos alimentares antes e durante a pandemia ....	54
5.3 Transformações na relação de proximidade entre agricultores e consumidores .....	57
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	60
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	63
APÊNDICES	
Apêndice 1 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE): Cooperapas .....	69
Apêndice 2 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE): consumidores .....	72
Apêndice 3 - Roteiro de entrevista semiestruturada: Cooperapas .....	73
Apêndice 4 - Questionário online: consumidores .....	78

## ÍNDICE DE FIGURAS

	Página
Figura 1. Regiões, prefeituras regionais e distritos do município de São Paulo .....	22
Figura 2. Zoneamento da APA Bororé-Colônia .....	24
Figura 3. Bacias e sub-bacias hidrográficas da APA Capivari-Monos .....	25
Figura 4 - Diversidade de animais que vivem no sítio da Agricultora III .....	32
Figura 5 - Vista externa do banheiro seco no sítio da Agricultora III .....	34
Figura 6 - Biodigestor no sítio da Agricultora III .....	35
Figura 7 - Horta no sítio da Agricultora III .....	35
Figura 8 - Barraca da cooperativa na feira do “Melódromo” do Ibirapuera .....	38
Figura 9 - Visita de turistas (antes da pandemia) no sítio da Agricultora I .....	39
Figura 10 - Visita de turistas (antes da pandemia) no sítio da Agricultora III .....	40
Figura 11 - Ação de doações de alimentos da Orgânicas para Todes durante pandemia .....	42
Figura 12. Faixa etária dos consumidores .....	45
Figura 13. Etnia / raça dos consumidores .....	46
Figura 14. Renda mensal familiar dos consumidores .....	47
Figura 15. Etapa de vida em que iniciou o consumo de alimentos orgânicos .....	48
Figura 16. Reconhecimento de alimentos orgânicos .....	50
Figura 17. Fatores motivacionais para o consumo de alimentos orgânicos em AFNs .....	52
Figura 18. Principal lugar onde comprava orgânicos antes da pandemia .....	54

## ÍNDICE DE QUADROS

	Página
Quadro 1. Práticas agroecológicas das agricultoras entrevistadas .....	37
Quadro 2. Diversidade de iniciativas solidárias de doação de alimentos durante a pandemia .....	56
Quadro 3. Situação dos canais de comercialização direta e atividades complementares da Cooperapas antes e durante a pandemia .....	58

# **REDES ALIMENTARES ALTERNATIVAS NA METRÓPOLE DE SÃO PAULO: MOVIMENTOS DE PROXIMIDADE ENTRE AGRICULTORES E CONSUMIDORES EM TEMPOS DE PANDEMIA**

**Autor: NATÁLIA KWOK YEE CHEUNG**

**Orientador: PROFA. DRA. LUCIMAR SANTIAGO DE ABREU**

**Coorientador: PROFA. DRA. ADRIANA ESTELA SANJUAN MONTEBELLO**

## **RESUMO**

Nos últimos anos, nota-se um crescimento significativo de iniciativas em redes alimentares alternativas, gerando novas relações de produção, distribuição e consumo. Com a pandemia da Covid-19, evidenciou-se a urgência da transformação dos sistemas alimentares em prol de práticas mais sustentáveis na agricultura. A presente pesquisa tem como objetivo compreender se a pandemia provocou mudanças qualitativas na relação de proximidade e nos valores compartilhados entre agricultores e consumidores nas redes de alimentos orgânicos da cidade de São Paulo. A investigação foi conduzida a partir de revisão de literatura e pesquisa de campo, a qual incluiu entrevistas semiestruturadas com agricultores de uma cooperativa de orgânicos e questionários estruturados com duas redes de consumidores. A comercialização dos alimentos orgânicos foi impactada pontualmente nos meses mais críticos da Covid-19, entretanto, esse período trouxe inovações nas formas de escoar a produção e de estar em contato com os consumidores. Percebe-se que, se por um lado a pandemia limitou a proximidade física nas redes alimentares alternativas, por outro, gerou uma maior conscientização sobre a importância da alimentação saudável, e sua inter-relação com a agroecologia e a saúde humana, animal e ambiental.

# **ALTERNATIVE FOOD NETWORKS IN THE METROPOLIS OF SÃO PAULO: PROXIMITY MOVEMENTS BETWEEN FARMERS AND CONSUMERS IN PANDEMIC TIMES**

**Author: NATÁLIA KWOK YEE CHEUNG**

**Adviser: PROFA. DRA. LUCIMAR SANTIAGO DE ABREU**

**Co-adviser: PROFA. DRA. ADRIANA ESTELA SANJUAN MONTEBELLO**

## **ABSTRACT**

In recent years, there has been a significant growth of initiatives in alternative agroecological food networks, generating new production-distribution-consumption relationships. With the Covid-19 pandemic, the urgency of transforming food systems in favor of more sustainable practices in agriculture became evident. This research aims to understand if the pandemic caused qualitative changes in the proximity relationship and in the shared values between farmers and consumers in organic food networks in the city of São Paulo. The investigation was conducted from a literature review and field research, which included semi-structured interviews with farmers from an organic cooperative and structured questionnaires with two consumer networks. The commercialization of organic food was impacted occasionally in the most critical months of Covid-19, however, this period brought innovations in the ways of selling production and being in contact with consumers. It can be seen that, if, on the one hand, the pandemic limited physical proximity in alternative food networks, on the other hand, it generated greater awareness of the importance of healthy food, and its interrelation with agroecology and human, animal and environmental health.

## APRESENTAÇÃO

Minha aproximação com a agroecologia aconteceu em um momento de busca por novos caminhos de vida e profissionais, pois minha graduação, cursos de pós e experiências profissionais até então se concentravam na área de turismo, hotelaria e gestão de projetos.

Em 2015, participei de um curso sobre agroecologia urbana no Centro de Pesquisa e Formação do SESC-SP, onde tive a oportunidade de visitar hortas comunitárias e conhecer experiências inspiradoras. Após cerca de dois anos, passei a integrar a CSA-SP (*Community Supported Agriculture*) como uma maneira alternativa de acessar alimentos produzidos sem veneno, poder conhecer e interagir com os agricultores que plantavam o nosso alimento. Ao longo desse processo, o sentimento foi de me reconectar com minha alimentação e querer que mais pessoas pudessem desfrutar disso. Atualmente, continuo a participar desse coletivo, que tem se organizado como uma cooperativa de consumo responsável.

Já em meados de 2019 criei um empreendimento chamado Cores Vivas Rede Agroecológica, motivada pela vontade do João Cavalieri, agrônomo, pai de um grande amigo. Ele costumava cultivar para consumo familiar próprio, mas tinha vontade de se profissionalizar para poder vender os alimentos para outras pessoas e precisava de alguém de confiança para planejar a comercialização. O sítio onde mora se localiza em Jacareí (Vale do Paraíba), a cerca de 80km de São Paulo. Assim começou nossa pequena rede, com a venda online da feira agroecológica inicialmente para familiares e amigos.

A vivência por meio da participação na CSA e organização da Cores Vivas me fez vislumbrar a importância das redes de proximidade entre agricultores e consumidores, as quais fortalecem uma relação de conscientização em prol de práticas mais sustentáveis na produção e no consumo de alimentos. Em torno dessa ideia, em 2020, minha motivação inicial para a presente pesquisa foi a de investigar mais sobre redes como essas na cidade de São Paulo, conhecendo seus agentes e territórios. No entanto, logo nos primeiros meses do ano, a

contaminação pelo coronavírus se espalhou pelo mundo ocasionando a grande pandemia da Covid-19. As limitações impostas no enfrentamento da calamidade pública também impuseram adaptações nessa pesquisa.

A pandemia também interrompeu as atividades da Cores Vivas, mas por apenas poucos meses. A partir de sua retomada, a Cores Vivas gradualmente aumentou seu número de consumidores e hoje conta, além da parceria do João, com mais outros três diferentes agricultores localizados também na região do Vale do Paraíba. Os pedidos são realizados por meio de formulário *online* e feitos de acordo com a lista de disponibilidades dos agricultores, evitando prejuízos e imprevistos na colheita e compartilhando as abundâncias. Nos propomos a estar em contato direto com os consumidores, informando sobre as especificidades da produção de alimentos agroecológicos e engajando-os para um consumo mais consciente e responsável. Durante o ano de 2021, pudemos contar com o apoio financeiro dos consumidores para viabilizar uma campanha de doação de alimentos agroecológicos para pessoas em situação de vulnerabilidade no bairro do Capão Redondo em São Paulo. Por meio de cotas de apoio, os consumidores compravam cestas de alimentos oriundos dos sítios parceiros para serem doadas a famílias atendidas em projetos do Centro de Direitos Humanos e Educação Popular (CDHEP).

A partir de 2022, a Cores Vivas iniciou uma ação coletiva e voluntária de construção de horta pedagógica junto a educadores, crianças e famílias em um Centro de Educação Infantil (CEI) na zona oeste de São Paulo. Foi a partir dessas idas e vindas entre o estudo teórico e a investigação prática que se deu essa pesquisa.

## 1. INTRODUÇÃO

Em março de 2020, o advento da pandemia da Covid-19 no Brasil trouxe mudanças abruptas e trágicas na sociedade. A doença infecciosa é transmitida pelo vírus SARS-CoV-2 e, assim como muitas outras zoonoses que surgiram nas últimas décadas, tem sua origem intrinsecamente relacionada a uma crise socioambiental que, por sua vez, reflete as graves consequências do nosso modelo de desenvolvimento agrário e hegemônico do século XX e XXI (UNEP, 2020).

É indiscutível a necessidade de se repensar os sistemas agroalimentares que se desenvolvem na lógica de mercantilização da vida humana, animal e ambiental. Nesse sentido, ABRASCO e IPEN (2021) discorrem sobre os efeitos da expansão das áreas de agronegócio no Brasil - seja na prevalência de monocultivos e máquinas para produção de commodities ou na intensificação da criação de animais em larga escala e em regime de confinamento - a qual vem carregada de ações antrópicas que seguem na contramão da vida.

A ampliação das fronteiras agrícolas e da concentração fundiária ao custo de recordes nacionais de índices de desmatamento<sup>1</sup>, destruição de habitats naturais e ameaça à existência de povos e comunidades tradicionais<sup>2</sup>; o uso

---

<sup>1</sup> Segundo o Relatório Anual do Desmatamento no Brasil 2020 do MapBiomas, o desmatamento cresceu 13,6% em relação a 2019. Disponível em: <<http://alerta.mapbiomas.org/>>. Acesso em 16 fev. 2022.

<sup>2</sup> Até a finalização deste estudo, a tese do Marco Temporal sobre a demarcação das terras indígenas encontrava-se em processo de julgamento no Supremo Tribunal Federal.

indiscriminado de adubos químicos e agrotóxicos; a degradação e contaminação dos solos, das águas<sup>3</sup>, do ar, são alguns exemplos que mostram a insustentabilidade do modelo agrícola industrial vigente. A reprodução desta lógica de desenvolvimento rural nos torna cada vez mais vulneráveis aos efeitos das mudanças climáticas e à emergência de novas zoonoses (UNEP, 2020; VARGAS *et al.*, 2020; ALTIERI; NICHOLLS, 2021).

As medidas de segurança sanitária do Ministério da Saúde para conter o avanço da disseminação do vírus nos primeiros meses da pandemia incluíram o fechamento total do comércio e das escolas – com apenas os serviços básicos autorizados a funcionar – e a recomendação de isolamento social da população<sup>4</sup>. Em razão das restrições de deslocamento nas rodovias, limitou-se a capacidade da circulação de mercadorias e alimentos *in natura* que, nos tempos de pré-pandemia, costumavam percorrer grandes distâncias até chegar à mesa do consumidor.

Em um extremo, a população brasileira que já vivia em situação de vulnerabilidade socioeconômica, passa a reduzir sua fonte de renda diária e o acesso adequado à comida. A insegurança alimentar está presente em mais de 58% dos lares brasileiros atualmente, o que representa cerca de 125,2 milhões de pessoas que não possuem acesso pleno e permanente a alimentos. Dessas, estima-se que 33,1 milhões (15,5% da população) sofrem com insegurança alimentar em sua forma mais grave, isto é, não têm o que comer e convivem diariamente com a fome (REDE PENSSAN, 2022). Isso representa um aumento de 73% em relação ao ano de 2021, isto é, 14 milhões de novos brasileiros em situação de fome.

No outro extremo, quem conseguiu manter seus empregos e sua renda, agora passa a se preocupar mais com uma alimentação nutritiva para a família, que contribua para fortalecer o sistema imunológico e a saúde. Campanhas na

---

<sup>3</sup> O nível de contaminação da água em cidades brasileiras por resíduos de agrotóxicos registrou aumento entre 2014 e 2017, conforme dados do Ministério da Saúde e do Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (Sisagua). Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2019/04/coquetel-com-27-agrotoxicos-foi-achado-na-agua-de-1-em-cada-4-municipios/>>. Acesso em 21 fev. 2022.

<sup>4</sup> Recomendação nº036 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), de 11 de maio de 2020. Disponível em: <<https://conselho.saude.gov.br/recomendacoes-cns/1163-recomendac-a-o-n-036-de-11-de-maio-de-2020>>. Acesso em 21 fev. 2022.

cidade de São Paulo passaram a incentivar as pessoas a comprarem do pequeno comércio e produtor, e de produtores locais, como forma de apoiar esses pequenos negócios a sobreviverem<sup>5</sup>.

À medida que o consumo de alimentos saudáveis e sem agrotóxicos cresce na metrópole de São Paulo<sup>6</sup>, novas redes alimentares alternativas se formam não somente com o desafio de atender essa demanda, como também se unem pela solidariedade para fazer chegar o alimento às pessoas que mais precisam.

As redes alimentares alternativas (doravante serão denominadas “AFNs”, sigla em inglês para *Alternative Food Networks*) se apoiam em princípios agroecológicos visando a produção de alimentos aliada à preservação do meio ambiente (DAROLT *et al.*, 2016). A agroecologia como movimento, ciência e prática (WEZEL *et al.*, 2009) busca construir as bases para o desenvolvimento de um outro tipo de sistema agroalimentar, em que possa garantir a reprodução social das famílias produtoras e igualdade no acesso a alimentos seguros e saudáveis à toda população.

Os princípios da agroecologia se orientam para a proposição de sistemas alimentares sustentáveis, nos quais as dimensões da sustentabilidade (ambiental, econômica e social) devem estar em diálogo permanente com as dimensões da segurança alimentar (disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade). Em um estudo que retrata as condições e efeitos da perda e do desperdício de alimentos a nível mundial, encontra-se a seguinte definição:

“sistema alimentar sustentável é aquele que garante segurança alimentar e nutricional para todos de maneira que as bases econômicas, sociais e ambientais necessárias para gerar segurança

---

<sup>5</sup> A título de exemplo, destaca-se a iniciativa do Serviço de Apoio ao Pequeno e Micro Empreendedor (SEBRAE-SP). Disponível em: <<https://compredopequeno.sebraesp.com.br/>>. Acesso em 5 ago. 2021.

<sup>6</sup> De acordo com a Organics (Associação de Promoção dos Orgânicos), o mercado de alimentos orgânicos no Brasil registrou uma taxa de crescimento de aproximadamente 30% no período 2020/2019. Disponível em: <<https://organics.org.br/imprensa/setor-de-organicos-cresce-30-e-aponta-nova-tendencia/>>. Acesso em 22 mar. 2021.

alimentar e nutricional das gerações futuras não sejam comprometidas” (HLPE, 2014, p. 31, ‘tradução nossa’).

Segundo Altieri e Nicholls (2003), mais do que oferecer um novo modelo de produção de alimentos sem agrotóxicos, a agroecologia propõe também uma nova forma de pensar a sociedade e sua alimentação, de produzir e distribuir esses alimentos, de consumir e de pensar o espaço rural.

Em um contexto de agravamento das mudanças climáticas, só será possível prevenir novas pandemias quando a garantia da saúde humana estiver associada com a promoção da saúde animal e ecológica (ALTIERI; NICHOLLS, 2021; UNEP, 2020). Na agroecologia, ressalta-se a busca pela harmonia, sustentabilidade e cooperação entre todos os organismos de um ecossistema, de forma a preservar a vida e a sociobiodiversidade do planeta. Busca-se o desenvolvimento de práticas de produção agrícola que valorizem o pilar da diversidade. Diversidade de plantas, animais, biomas, povos e comunidades (DIEGUES, 2005).

A abordagem agroecológica das *AFNs* tem assumido um papel fundamental na reconstrução dos sistemas agroalimentares. Entre os aspectos inerentes à caracterização dessas redes estão: a conexão e a relação de confiança gerada entre produtores e consumidores, a qualidade e segurança do alimento, o conhecimento da origem do alimento e a prática de preços mais justa se comparada à dos supermercados (RENTING; MARSDEN; BANKS, 2003; OLIVEIRA; MARJOTTA-MAISTRO, 2016; WATANABE; ABREU; LUIZ, 2020).

A presente pesquisa tem o objetivo geral de compreender se a pandemia da Covid-19 provocou mudanças qualitativas na relação de proximidade entre agricultores e consumidores participantes das *AFNs* na cidade de São Paulo.

Mais especificamente, a investigação se propõe a (1) caracterizar a experiência de uma cooperativa de agricultores orgânicos sediada em São Paulo durante a pandemia, avaliando de que maneira essa iniciativa contribuiu para o acesso da população a alimentos seguros e saudáveis, e quais caminhos têm sido escolhidos para gerar uma maior proximidade com os consumidores (2)

obter um retrato do perfil de consumidores que acessam alimentos orgânicos por meio das *AFNs*, com vistas à análise das mudanças dos hábitos alimentares durante a pandemia, além das motivações e valores subjetivos que os fazem optar por esse tipo de consumo. Ainda como objetivo específico, pretende-se (3) analisar de que maneira as dinâmicas de proximidade relacional proporcionadas pelas redes alternativas contribuem para uma compreensão mais ampla dos sistemas alimentares e uma maior conscientização com relação a práticas mais sustentáveis na agricultura e sua importância para a saúde humana, animal e ambiental.

A hipótese geral deste estudo pressupõe de partida que a pandemia da Covid-19 gerou mudanças qualitativas nos movimentos de proximidade entre agricultores e consumidores, do ponto de vista sociocultural. Nesse sentido, verifica-se que a organização em redes alimentares alternativas tem potencial para redefinir as relações de produção e consumo, fortalecer os mercados locais e, ao mesmo tempo, contribuir para o desenvolvimento de novos valores ou princípios de troca e/ou comercialização guiados por preços justos, equidade nas relações, ética e valorização do trabalho no campo.

Uma hipótese secundária levantada é a de que a proximidade física e relacional entre agricultores e consumidores, proporcionada no âmbito dessas redes, foi temporariamente suspensa devido ao coronavírus. Contudo, decorrido os meses mais críticos, retomou-se um processo de (re)conexão, a qual demonstra que a pandemia foi um ponto fundamental para trazer uma maior consciência sobre a importância da alimentação saudável para consumidores, sob a perspectiva da agroecologia e da relação com a preservação da vida no planeta.

Esse conjunto de ideias, argumentos e hipóteses foram fundamentais ao estudo em questão e será confrontado com os resultados da pesquisa de campo.

Resta informar que ao longo desta dissertação serão utilizados alguns termos relativos à agroecologia e à agricultura orgânica, como alimentos “agroecológicos” e “orgânicos”. Sob o ponto de vista normativo da Lei nº 10.831

de 2003<sup>7</sup>, o conceito de agricultura orgânica aparece incorporado aos princípios da agroecologia. Valoriza-se a integridade cultural das comunidades rurais, equidade social, sustentabilidade econômica de sistemas agrícolas locais, emprego de tecnologias renováveis e proteção do meio ambiente (ABREU *et al.*, 2015). Essa mesma Lei estabelece que o sistema orgânico de produção abrange diferentes tipos de agricultura, a saber: “ecológico, biodinâmico, natural, regenerativo, biológico, agroecológicos, permacultura e outros”. Além disso, referente à comercialização, os produtos orgânicos devem ser certificados por órgãos competentes oficiais, sendo facultativo quando a venda ocorre de forma direta aos consumidores. Neste caso, os agricultores constroem a sua própria forma de organização e controle social, assegurando a rastreabilidade dos alimentos “agroecológicos” e livre acesso às unidades produtivas.

Assim, optou-se por empregar o termo “orgânico(s)” nessa pesquisa em ocasiões em que se faz referência à comercialização de alimentos por canais de venda indireta, em que existe a obrigatoriedade do selo de certificação. A escolha pelo termo “orgânicos” de maneira nenhuma deseja reduzir ou limitar a caracterização dos valores e práticas sociais das pessoas envolvidas nessa pesquisa. As diversas formas de produzir alimentos de forma sustentável serão evidenciadas também ao longo do texto quando e, se, estiverem presentes no discurso das pessoas entrevistadas.

---

<sup>7</sup> LEI Nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.831.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.831.htm)>. Acesso em 2 mar. 2022.

## **2. PROBLEMÁTICA DA PESQUISA: APORTE TEÓRICO CONCEITUAL**

### **2.1 PRÁTICAS NÃO SUSTENTÁVEIS NA AGRICULTURA, DESEQUILÍBRIOS E PANDEMIA**

A agropecuária industrial expande-se cada vez mais e percorre um caminho estreito ecologicamente, com extrema dependência de insumos químicos e alta vulnerabilidade a insetos e doenças. Observa-se que a origem das últimas pandemias, como das gripes aviária e suína causada por variantes do vírus influenza, está significativamente atrelada à criação em larga escala de animais em regime de confinamento. As práticas agropecuárias industriais expõem os animais a infecções virais e promovem um ambiente propício para os patógenos sofrerem mutações e se tornarem resistentes a antibióticos e promotores de crescimento, evoluindo para outros tipos de infecção (ALTIERI; NICHOLLS, 2020).

A produção industrial de proteína animal, contudo, não é a única responsável pelo desequilíbrio dos ecossistemas, o qual favorece o aparecimento de novas zoonoses com potencial pandêmico. Segundo Altieri e Nicholls (2020), entre os mais de 1,5 bilhões de hectares de terra ocupados pela agricultura no mundo, 80% representam monocultivos produzidos em grande escala. A estimativa da produção de grãos no Brasil para a safra 2021/2022 é a

maior já registrada nos últimos anos. Estima-se mais de 270 milhões de toneladas de grãos – 5,7% superior à safra anterior – e entre as principais culturas, em ordem decrescente de volume de produção, estão a soja, milho, arroz, trigo, feijão e algodão. As monoculturas de grãos ocupam largas extensões de terras no país, são mais de 73 milhões de hectares (CONAB, 2022). Além disso, sabe-se que diversos problemas ambientais na atualidade como as mudanças climáticas, destruição de recursos naturais, perda de biodiversidade e desertificação são decorrentes de práticas não sustentáveis encontradas na agricultura industrial (SOGLIO, 2009).

Algumas características marcantes desse tipo de agricultura, como o reduzido índice de biodiversidade e a alta homogeneidade genética no agroecossistema, tornam as lavouras cada vez mais suscetíveis aos efeitos dos câmbios climáticos. A homogeneidade genética de espécies é um agravante, por ser um fator que propicia aumento da resistência dos insetos aos agrotóxicos, e a dependência por diferentes tipos de inseticidas tende a aumentar também (ALTIERI; NICHOLLS, 2021).

Sobre o risco de novas pandemias às gerações futuras, sabe-se que ecossistemas em desequilíbrio são ambientes ideais para a propagação de patógenos em busca de novos hospedeiros (VARGAS; OLIVEIRA; FRANCO, 2020).

O uso indiscriminado de agrotóxicos na tentativa de conter os prejuízos causados pelos insetos acelera ainda mais o processo de degradação e contaminação dos solos, das águas e do ar. De acordo com um recente levantamento que analisa a relação entre grandes corporações agroquímicas europeias e o agronegócio brasileiro, observou-se que nos últimos vinte anos o uso de agrotóxicos no Brasil cresceu seis vezes. Não obstante, desde 2019 a aprovação desse tipo de produto tem sido cada vez mais flexibilizada no país. Somente no ano de 2021 foram aprovados mais de 560 agrotóxicos, muitos deles contendo substâncias que são proibidas há anos na União Europeia. (BOMBARDI; CHANGOE, 2022).

As consequências da exposição aos agrotóxicos são também preocupantes à saúde humana, entre 2007 e 2015, foram recebidas mais de 84 mil notificações de intoxicação no país (Brasil, 2018). Deve-se lembrar que o número de casos de subnotificação é expressivo, principalmente em casos de intoxicação crônica, quando o contato com os produtos químicos ocorre de forma periódica e seus efeitos surgem a médio e longo prazo. Com relação ao número de mortes, dados analisados por Bombardi e Changoe (2022) mostram que a cada dois dias um brasileiro morre de intoxicação por agrotóxicos.

De acordo com ABRASCO e IPEN (2021), parcelas da população que são expostas a agrotóxicos tornam-se mais vulneráveis a infecções microbianas e virais, e a apresentar piores prognósticos clínicos no contexto da Covid-19. Isso se deve aos efeitos adversos que a exposição a longo prazo aos agrotóxicos causa no nosso organismo, possivelmente associada a doenças crônicas (neurodegenerativas e diabetes), hipertensão, obesidade, diferentes tipos de câncer e defeitos cardíacos congênitos.

Estima-se que 75% das doenças infecciosas emergentes no mundo são transmitidas de animais para seres humanos. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) enumera sete ações antrópicas que têm possivelmente ligação com o aumento de novas zoonoses. São elas:

- (1) demanda crescente por proteína animal;
- (2) intensificação de práticas não sustentáveis na agricultura;
- (3) uso e exploração crescente da vida selvagem;
- (4) utilização não sustentável dos recursos naturais, acelerada pela urbanização, mudança de uso da terra e atuação das indústrias extrativas;
- (5) ampliação das viagens e deslocamentos em circuitos longos de produção de alimentos;
- (6) alterações de disponibilidade na oferta de alimentos;
- (7) mudanças climáticas (UNEP, 2020, p.7, 'tradução nossa').

Neste mesmo relatório do PNUMA, é reforçada a necessidade de se repensar o modelo de desenvolvimento agrícola, orientando-se pela abordagem de *One Health* ("uma só saúde", 'tradução nossa') como maneira de prevenir doenças infecciosas e zoonóticas, e a ocorrência de novos surtos pandêmicos no futuro. Sugere-se um esforço colaborativo e multidisciplinar por parte dos

governos e sociedade para se promover práticas holísticas que beneficiem a saúde humana, animal e ambiental. Inter-relacionadas, a saúde da humanidade depende da saúde do planeta e da saúde de outras espécies. Nesse sentido, a agricultura desenvolvida de forma sustentável é considerada fundamental para a redução da dispersão de zoonoses emergentes (UNEP, 2020).

## 2.2 AGROECOLOGIA E AS REDES ALIMENTARES ALTERNATIVAS

Originalmente, a oposição ao modelo de agricultura convencional assumiu diferentes formas sociais de produção familiar. O conceito de agricultura familiar se refere a uma forma social heterogênea, cujas unidades de produção e modos de vida se caracterizam por formas distintas em se relacionar com a terra e com o meio ambiente, e pela capacidade do agricultor de se apropriar dos meios de produção e desenvolvê-los. O produtor e sua família ocupam lugar de destaque na organização do trabalho e o trabalho assalariado, quando necessário, é somente complementar (LAMARCHE, 1993 apud ABREU, 2005).

A despeito do inegável crescimento do mercado brasileiro de produtos orgânicos na última década, inúmeros estudos indicam que seu desenvolvimento – quando orientado exclusivamente para obter maior rentabilidade econômica – implica na comercialização de alimentos por sistemas de distribuição convencional em circuitos longos, beneficiando principalmente as grandes redes de supermercados (GOLDBERGER, 2011).

Em levantamento da Organiza Brasil (2019) realizado nas cinco regiões do país, do total de 1027 entrevistas, 81% das pessoas afirmaram não ter consumido alimentos orgânicos nos últimos trinta dias. Quando perguntadas do motivo de não consumir ou não consumir em maior quantidade, as principais respostas foram: “preços” (50%), “dificuldade para encontrar” (23%), “falta de costume” (7%) e “falta de conhecimento” (4%). Entre as pessoas entrevistadas que já consomem orgânicos, a maioria compra em feiras (87%), seguido por supermercados (61%). De fato, ainda há pouca divulgação sobre a importância

do alimento orgânico bem como políticas públicas de fomento à produção e consumo no país.

Nota-se que os atuais hábitos dos consumidores em grandes metrópoles, geralmente, são decorrentes da busca de comodidade e praticidade nas compras, levando-os frequentemente aos supermercados. Além do preço final alto percebido pelo consumidor, os supermercados são considerados o pior canal de comercialização por muitos agricultores de produção orgânica. Isso em razão dos valores baixos recebidos pelos alimentos e contratos que proporcionam pouca autonomia nas decisões relativas ao planejamento de produção e comercialização. Quando os alimentos não são vendidos, são os produtores que assumem os riscos, uma vez que não recebem nenhum valor financeiro por eles. De maneira alternativa, as vendas em feiras livres trazem uma série de oportunidades aos produtores, como maior margem de lucro, incentivo à diversificação da produção, redução de riscos na venda garantida, autonomia e independência financeira (OLIVEIRA; MARJOTTA-MAISTRO, 2016; WATANABE; ABREU; LUIZ, 2020).

O baixo grau de autonomia presente nos canais longos de comercialização é, ademais, traduzido no campo por um sistema de produção simplificado e especializado em poucas variedades de alimentos. Segundo Rover e Riepe (2016), isso contradiz o princípio-chave da abordagem agroecológica, que é o da construção e preservação da diversidade produtiva. Nesses casos, se observa uma pressão sobre as unidades de produção orgânica para se especializarem e ampliarem a escala, gerando dependência de insumos e canais de comercialização, muito semelhante às formas convencionais de agricultura.

Uma outra pesquisa precedente desenvolvida em três casos na China e no Brasil (OELOFSE; HOGH-JENSEN; ABREU, 2010) já apontava para essa problemática e mostra em seus resultados que a adoção da agricultura orgânica tem induzido mudanças na escolha das práticas do sistema de produção, embora as práticas adotadas não correspondam sempre aos princípios orgânicos preconizados. Concluem que o acesso à agricultura orgânica estava

fortemente dependente do tipo de apoio disponível para os agricultores (organização social, apoio técnico e governamental, etc.). A agricultura orgânica baseada em um modelo de contrato por cultivo (venda para atravessadores e supermercados) resultou ser uma opção disponível apenas para um grupo restrito de agricultores, enquanto a agricultura orgânica associada a uma cooperativa de agricultores forneceu um melhor desenvolvimento.

A alimentação padronizada produzida pela agricultura empresarial e industrial nos dias atuais, segundo Ploeg (2008), representa uma desconexão definitiva entre a produção e o consumo de alimentos. Os espaços de produção e consumo deixam de ter importância, assim como a inter-relação entre eles. Grandes empresas de comercialização exercem um poder de monopólio crescente sobre as relações que encadeiam a produção, o processamento, a distribuição e o consumo de alimentos.

Assim, os produtores recorrem cada vez mais a formas alternativas de comercialização em razão da crescente consolidação das grandes redes varejistas, da dinâmica convencional estabelecida nas relações entre produtores e varejistas, e das limitações impostas por barreiras sanitárias e regulatórias (WILKINSON, 2010).

Wang *et al.* (2015) relacionam a origem das redes alimentares alternativas como resposta a crises de confiança no sistema alimentar ou a crises de abastecimento. Ressaltam que as *AFNs* têm o potencial de promover a reconexão entre as pessoas e o alimento, e a reinserção desses alimentos nas relações sociais e geográficas.

Renting, Marsden e Banks (2003) tipificam as redes alimentares alternativas como sendo circuitos curtos de comercialização, com oportunidades de consumidores se conectarem com produtores, possibilitando a compra de alimentos mais frescos, seguros e saborosos, e cuja origem é conhecida e confiável. O autor destaca ainda a importância das *AFNs* em “re-espacializar” o alimento, de forma a reconectar esses atores sociais de um sistema alimentar.

Um outro aspecto que costuma ser relacionado a essas redes é a noção de alimento local e/ou regional. O debate do que é local ou regional se atém principalmente à distância entre produção e consumo, embora sua definição passe por variações de acordo com diferentes autores e localidades (PAÜL; MCKENZIE, 2013).

Os circuitos curtos de alimentos são aqueles que mobilizam até no máximo um intermediário entre o produtor e o consumidor, com a possibilidade de ocorrer venda direta (o agricultor entrega o produto nas mãos do consumidor, como em feiras, lojas de associação de produtores, programas de compras públicas) ou venda indireta (intervenção de um único intermediário entre produtor e consumidor, tais como lojas especializadas, pequenos mercados, lojas virtuais) (DAROLT *et al.*, 2016). Entretanto, a questão do número de intermediários não pode ser o único requisito a ser analisado, pois, sobre isso, reitera-se que num circuito curto as relações de poder dentro da rede alimentar devem estar a favor dos produtores e consumidores e não, dos intermediários e grandes distribuidores (GUZMÁN, 2012).

Para Darolt *et al.* (2016), as redes alimentares alternativas são muito diversificadas e dinâmicas, e representam uma opção social, econômica e ambiental para a agricultura familiar, pois fortalecem os mercados locais e aproximam produtores e consumidores. No caso de experiências estudadas no Brasil e na França, as iniciativas bem-sucedidas de AFNs ocorrem em locais onde há coordenação entre as partes interessadas no sistema alimentar, como governo, organizações sociais de produtores e consumidores (associações/pequenas cooperativas) e ONGs.

Outras terminologias igualmente são encontradas na literatura científica, como os chamados mercados de proximidade. Para além da proximidade geográfica (distância curta percorrida pelo produto até chegar ao consumidor), há uma maior aproximação relacional entre agricultores e consumidores. Favorece-se, assim, uma democratização do acesso aos alimentos e permite a existência de características singulares como solidariedade, afetividade, troca de saberes e estabelecimento de confiança (MODEL; DENARDIN, 2014).

Alguns pesquisadores franceses analisam a relação entre produtores e consumidores em circuitos curtos apoiados na abordagem socioeconômica da proximidade, a qual distingue diversos tipos diferentes de proximidade. Para eles, a proximidade geográfica é a característica mais marcante nestes circuitos, entretanto sua ativação requer a organização da relação entre os atores envolvidos. Essa organização pode ser facilitada por um dispositivo de mediação ou pelo estabelecimento de relações interpessoais. No primeiro caso, a proximidade de mediação se refere à possibilidade da interação entre os atores através de um recurso de mediação, como por exemplo, a Internet. Por sua vez, a proximidade relacional ocorre quando há uma relação direta ou indireta entre eles (UGAGLIA *et al.*, 2021).

A possibilidade de conhecer o cliente e a troca de informações incentivam os agricultores familiares a se aperfeiçoarem em seus processos produtivos. Os padrões de qualidade, sanidade e disponibilidade podem ser compartilhados com os consumidores, de forma a fomentar a ressignificação de seus hábitos alimentares e conscientizá-los sobre as especificidades da produção de alimentos ecológicos, influenciada pela sazonalidade e pelo clima (PEREZ-CASSARINO; FERREIRA, 2013).

Na cidade de São Paulo, além das já consolidadas feiras orgânicas, alguns outros tipos de redes alimentares alternativas associadas a circuitos curtos têm surgido nos últimos anos. Cabe aqui citar diferentes exemplos: a “CSA São Paulo”, comunidade que apoia a agricultura; o coletivo “MUDA-SP” (Movimento Urbano de Agroecologia de São Paulo); as lojas especializadas que seguem princípios de comércio justo e economia solidária, “Instituto Chão”, “Instituto Feira Livre” e “Instituto Barú”; a loja que vende produtos oriundos de assentamentos da reforma agrária, “Armazém do Campo”; um restaurante que promove conscientização socioambiental, política e alimentar, “Futuro Refeitório”; a Rede de Grupos de Consumo Responsável de São Paulo; a loja virtual que visa aproximar produtores e consumidores, “Raízs”.

Ainda que em número reduzido e concentradas em uma pequena parte da cidade, verifica-se que esses tipos de iniciativas estão crescendo

gradualmente e parecem ser potenciais multiplicadores do conhecimento agroecológico. Santos, Tonezer e Rambo (2009) afirmam que a distribuição de alimentos – geralmente na forma de comercialização direta – tem gerado experiências que resgatam a histórica relação entre comunidades rurais e agrupamentos urbanos próximos. Recupera-se a cooperação entre diferentes grupos e atividades humanas, ao mesmo tempo em que se fortalece a agricultura familiar, no diálogo com a soberania e a segurança alimentar.

Ugaglia *et al.* (2021) discorrem sobre 186 iniciativas de circuitos curtos ou circuitos locais de alimentos que surgiram na França nos primeiros meses de confinamento em 2020. Para estes autores, a crise alimentar e os bloqueios temporários de deslocamento revelaram, sem nenhuma dúvida, a capacidade dessas iniciativas e de seus atores, por meio da ação coletiva, de trazerem inovações quanto ao desenvolvimento de novas formas de distribuir os alimentos nos territórios. No entanto, questionam a efemeridade dessas novas organizações, se foram respostas temporárias à crise ou se há planos para se institucionalizar. Também argumentam sobre a capacidade de permanecerem sustentáveis e viáveis a longo prazo, a ponto de responderem como alavanca de transformação do sistema alimentar dominante:

“(…) a crise da Covid-19 poderia marcar uma etapa importante do ponto de vista das expectativas sociais dirigidas ao sistema alimentar, no sentido de que viria a acelerar o movimento de conscientização, graças às proximidades ativadas nos circuitos curtos locais (...). Embora os bloqueios institucionais tenham sido superados pela crise em alguns territórios, eles continuam presentes e os produtores ainda enfrentam dificuldades organizacionais, logísticas e fundiárias (UGAGLIA *et al.*, 2021, ‘tradução nossa’).”

### 3. PERCURSO METODOLÓGICO

A abordagem da sociologia compreensiva de Max Weber foi fonte de inspiração subjacente para a concepção dos passos metodológicos deste estudo, atendo-se ao princípio weberiano de que a ação social em sua subjetividade é provida de sentidos e valores individuais (WEBER, 2004). Um elemento central na epistemologia weberiana quanto à busca pela cientificidade se refere ao reconhecimento de que os valores morais e culturais têm um papel importante nas ações sociais, comportamentos e atitudes humanas, ou seja, as ações humanas não se reduzem somente à dimensão econômica da vida social. Ainda que a dimensão econômica influencie nas atitudes humanas, ela não é sempre determinante. Esse tipo de análise é convergente com a aplicação dos princípios da abordagem participativa (baseada na escuta) preconizada pela agroecologia e de reconstrução das trajetórias dos sujeitos da pesquisa. Permite, simultaneamente, identificar e integrar a visão dos agricultores sobre os aspectos que indicam o impacto da pandemia nas dimensões produtiva (agrícola e ecológica), cultural e econômica. Representa assim, uma perspectiva que busca contemplar as diversas dimensões da vida social, portanto, multidisciplinar (ABREU, 2005).

Nosso pressuposto teórico se baseia no fato de que abordar as decisões e ações dos agricultores e consumidores simplesmente considerando a lógica econômica de funcionamento das unidades produtivas não dá conta de captar a

racionalidade de casos empíricos, pois, geralmente, essas decisões estão associadas aspectos ambientais, sociais, culturais e condições objetivas de suporte institucional. É necessário que se analise os múltiplos fatores da vida social e econômica dos atores (ABREU, 2005).

A presente investigação foi desenvolvida em duas frentes: pesquisa teórica e pesquisa de campo. Por meio da análise qualitativa compreensiva, observaram-se as relações e os processos sociais que se dão associados à historicidade intrínseca existente no campo de pesquisa e no objeto de estudo.

Para compor o referencial teórico, realizou-se uma revisão bibliográfica sob a perspectiva da agroecologia, aproximando-se de materiais e documentos à luz dos temas de redes alimentares alternativas, circuitos curtos de alimentos, mercados de proximidade e agricultura familiar.

A pesquisa de campo consistiu na coleta de dados empíricos em duas etapas distintas. A primeira foi realizada por meio da aplicação de entrevistas semiestruturadas junto a atores-chave que integram a Cooperapas (Cooperativa dos Produtores Rurais e de Água Limpa da Região Sul de São Paulo), que reúne produtores orgânicos da região de Parelheiros, no extremo sul da cidade de São Paulo.

Já a segunda etapa foi elaborada a partir da aplicação de questionários junto a consumidores em São Paulo que acessam alimentos orgânicos por meio de redes alimentares alternativas e circuitos curtos. A amostra deste grupo foi planejada inicialmente para ser constituída exclusivamente por pessoas que consomem alimentos orgânicos produzidos pela Cooperapas, especificamente por meio da iniciativa chamada Orgânicas para Todes. No entanto, em razão do número reduzido de pessoas que se disponibilizaram a participar nesse primeiro momento da pesquisa, provavelmente em virtude do período pandêmico, optou-se por ampliar a amostra com a inclusão dos consumidores da rede Cores Vivas<sup>8</sup>. Ambas iniciativas, consideradas as particularidades de cada agricultor(a)

---

<sup>8</sup> A rede agroecológica Cores Vivas é uma iniciativa criada em outubro de 2019 por Natália Cheung na cidade de São Paulo. Foi somente após a suspensão momentânea nos primeiros meses de pandemia em 2020 que as atividades da feira de orgânicos *online* passaram a ter uma periodicidade fixa quinzenal,

envolvido(a), ofertam alimentos orgânicos para consumidores que residem em São Paulo e estão inseridas nos circuitos curtos de comercialização na cidade. Além disso, o início das atividades dessas duas experiências ocorreu em período semelhante, nos primeiros meses de pandemia em 2020.

Em razão do contexto da pandemia e da recomendação do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP), o contato com os participantes da pesquisa aconteceu de maneira virtual, com a utilização da plataforma de videochamadas *Google Meet* (nas entrevistas com a Cooperapas) e de formulários *Google Forms* (nos questionários com os consumidores). Na etapa de conclusão dessa dissertação, foi possível realizar visita presencial a 1 (um) sítio de produção.

Foram muitas as limitações para lidar com esse formato virtual de realizar a pesquisa de campo, principalmente em relação às entrevistas com a Cooperapas. Algumas dificuldades encontradas foram a qualidade do acesso à internet nos territórios onde residem os agricultores, à indisponibilidade (seja pelo fator geracional ou pela incompatibilidade de agenda) e/ou esgotamento mental para se conversar mediante telas.

De um total informado de quinze a vinte membros ativos da cooperativa, se obteve o contato de 5 (cinco) pessoas para serem convidadas a participar da pesquisa. Dessas, 3 (três) mulheres agricultoras se dispuseram a serem entrevistadas pelo *Google Meet*. Acreditamos que, por meio dessas entrevistas, foi possível identificar um pouco da diversidade de modos de vida dessas pessoas que fazem parte da Cooperapas. São pessoas que se distinguem pelos seguintes critérios: idade, origem rural ou urbana, fontes de geração de renda e experiências de vida como produtoras de alimentos orgânicos. Além disso, são consideradas agricultoras-chave para a pesquisa, uma vez que participaram da fundação e/ou compõem atualmente o quadro diretivo da cooperativa. Conforme aprovado pelo Comitê de Ética, a fim de preservar a identidade das pessoas

---

\_\_\_\_\_ aumentando o portfólio de consumidores e abrindo diferentes possibilidades de compartilhar os saberes da agroecologia com mais pessoas (para saber mais, ver “Apresentação”, pág. vii).

entrevistadas, ao longo das discussões dos resultados nos referiremos a elas como: Agricultora I, Agricultora II e Agricultora III.

Com relação à amostra da pesquisa com os consumidores, 33 (trinta e três) pessoas responderam ao questionário online.

Em ambas etapas da pesquisa de campo, todas as pessoas deram consentimento à sua participação, mediante o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aprovado pelo Comitê de Ética (vide Apêndices 1 e 2).

## 4. CONTEXTO DO ESTUDO DE CASO

### 4.1 DESCRIÇÃO DA REGIÃO

A Cooperapas (Cooperativa dos Produtores Rurais e de Água Limpa da Região Sul de São Paulo) reúne agricultores do extremo sul de São Paulo, localizados nos distritos de Marsilac e Parelheiros, região administrativa da subprefeitura de Parelheiros.

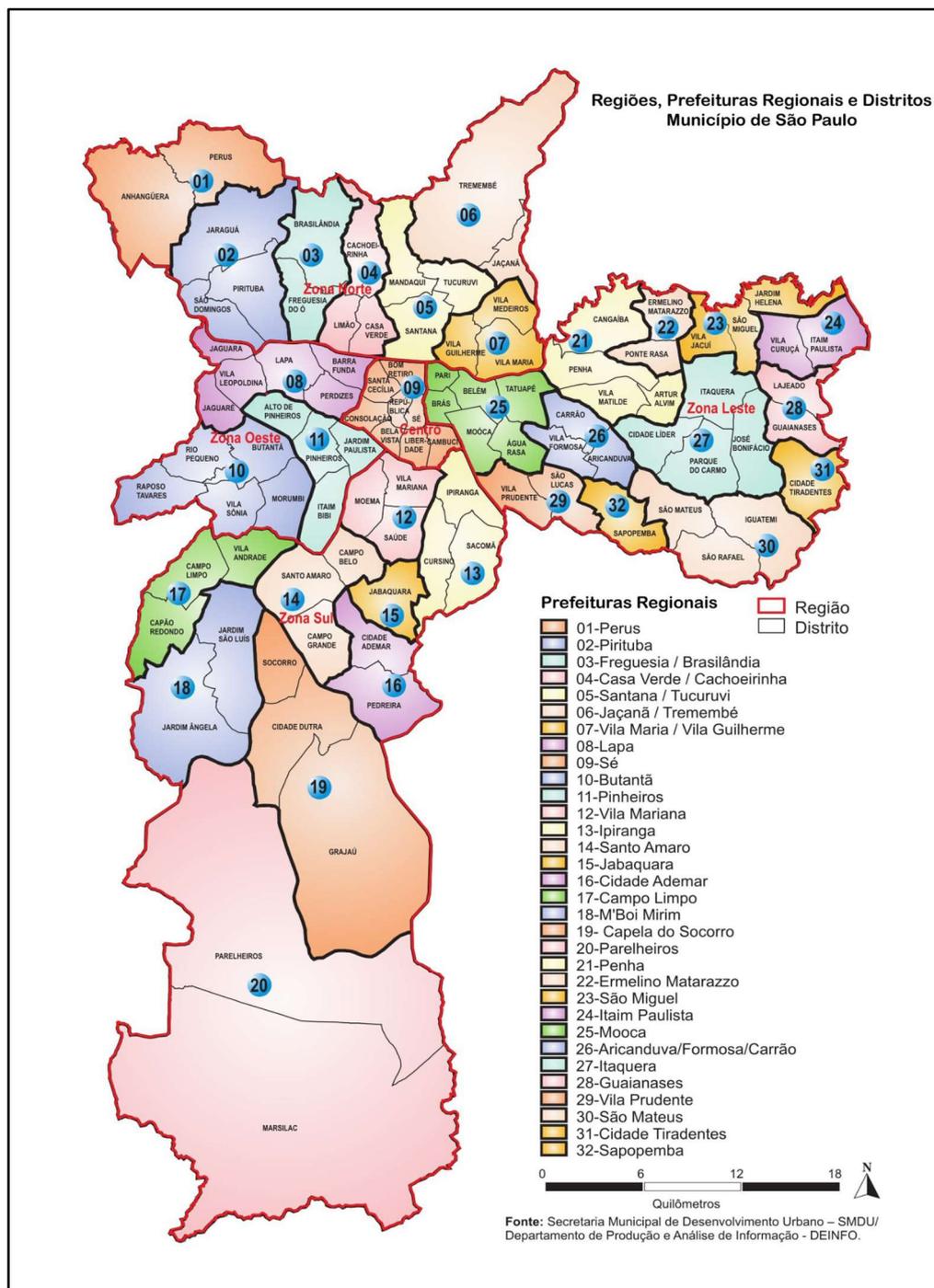
Ambos distritos ocupam uma área de 353,5 km<sup>2</sup>,<sup>9</sup> com população residente de mais de 165,8 mil habitantes, representando cerca de 24% e 1,3% do total da cidade de São Paulo<sup>10</sup>, respectivamente. É conhecido por sua biodiversidade e abundância de recursos naturais, já que está inserido em áreas de proteção aos mananciais e com remanescentes importantes de Mata Atlântica – APAs (Áreas de Proteção Ambiental) Bororé-Colônia e Capivari-Monos.

---

<sup>9</sup> Prefeitura de São Paulo, disponível em: <[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/subprefeituras/dados\\_demograficos/index.php?p=12758](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/subprefeituras/dados_demograficos/index.php?p=12758)>. Acesso em 5 abr. 2021.

<sup>10</sup> Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), projeção para julho de 2002, disponível em: <<https://populacao.seade.gov.br/>>. Acesso em 5 abr. 2021.

Figura 1 - Regiões, prefeituras regionais e distritos do Município de São Paulo



Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano de São Paulo<sup>11</sup>

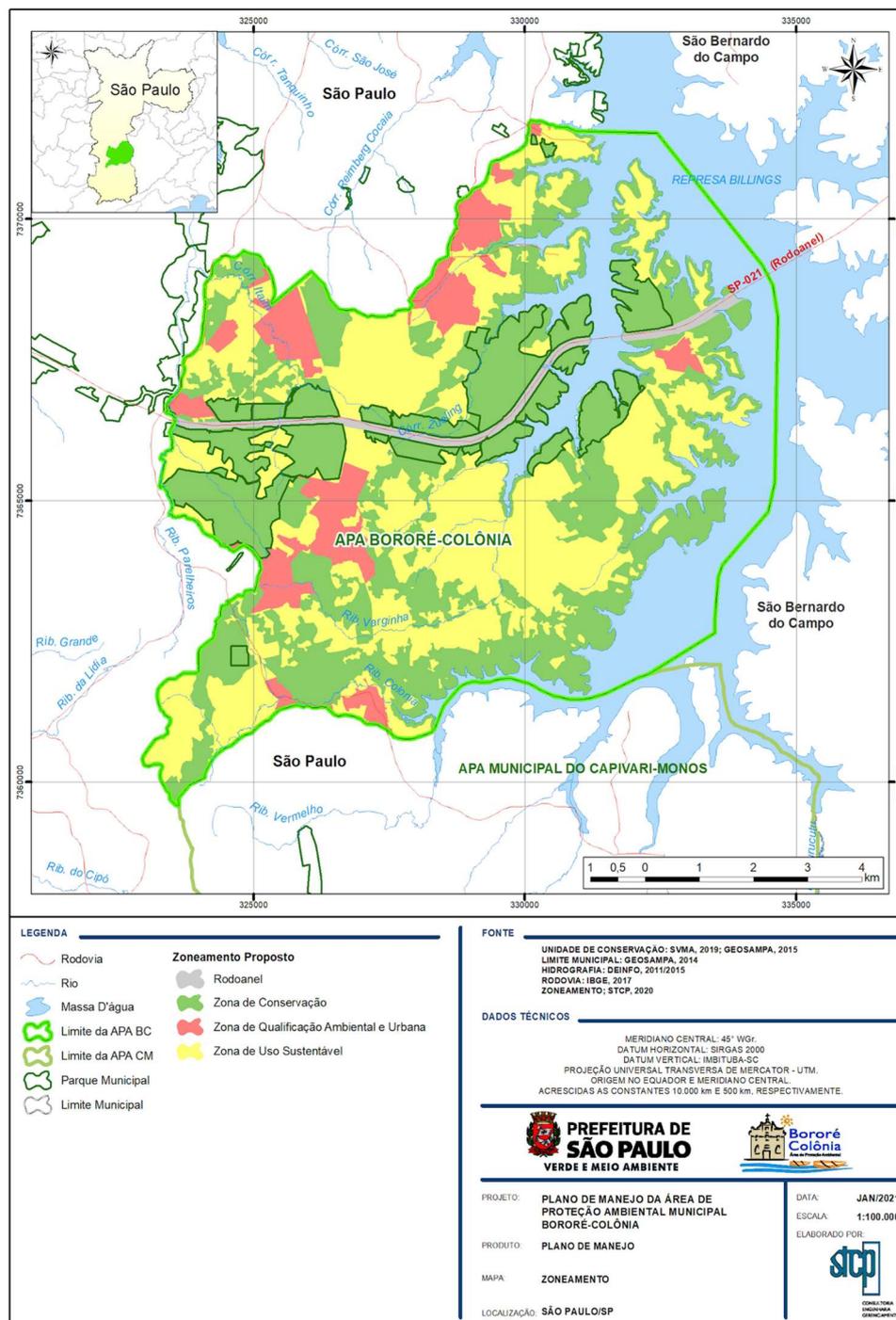
De acordo com dados da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, a APA Bororé-Colônia teve sua criação em 2006 e ocupa uma área

<sup>11</sup> Disponível em:

<<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/subprefeituras/mapa/index.php?p=14894>>. Acesso em 5 abr. 2021.

de aproximadamente 90km<sup>2</sup>. É também de vital importância na preservação da biodiversidade e dos recursos hídricos locais, uma vez que em seu território encontram-se inúmeras nascentes, ribeirões e córregos que desaguam nas represas de abastecimento da cidade. Um de seus bairros, Colônia Paulista (antiga colônia agrícola), representa a história de um dos mais antigos povoados de colonização estrangeira no país, pois sua fundação remete aos anos de 1829. Outros atrativos que compõem seu patrimônio histórico-cultural são o Cemitério da Colônia (1840), a Casa de Taipa (1870) e a Igreja de São Sebastião (1904).

Figura 2 - Zoneamento da APA Bororé-Colônia

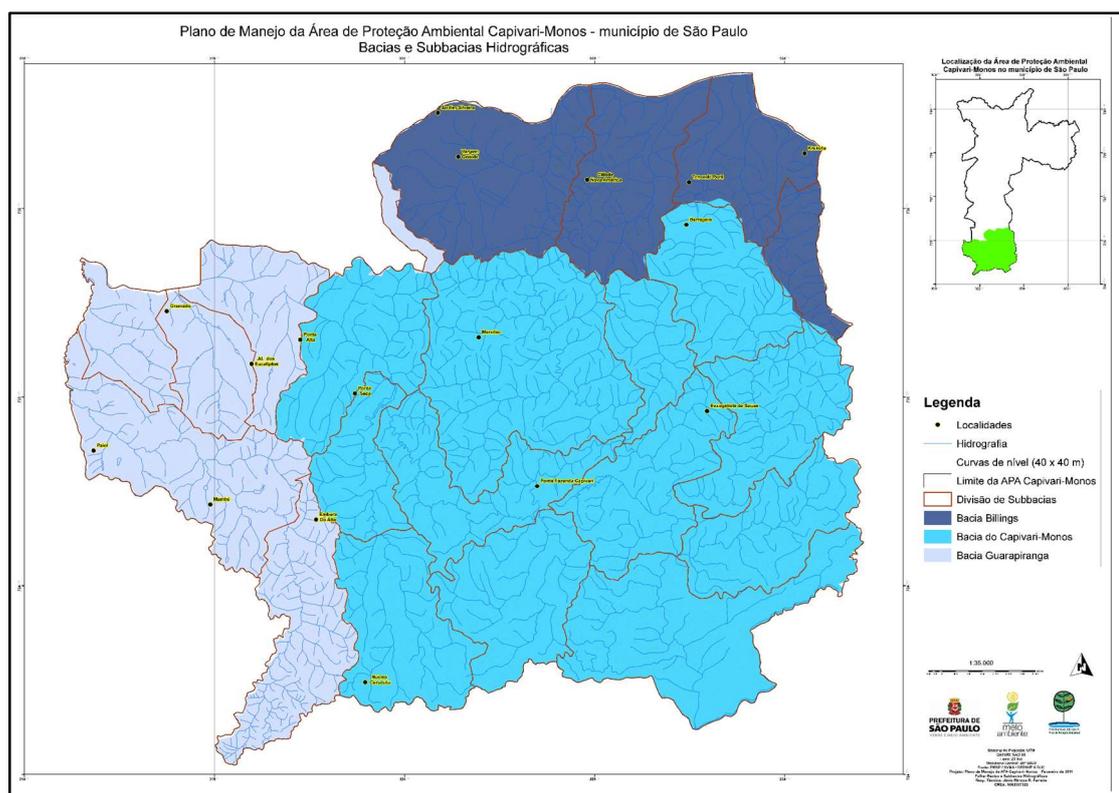


Fonte: Plano de manejo APA Bororé-Colônia (Volume II)<sup>12</sup>

<sup>12</sup> Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, Prefeitura de São Paulo, disponível em: <[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio\\_ambiente/unid\\_de\\_conservacao/apa\\_borecolonia/?p=41963](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/unid_de_conservacao/apa_borecolonia/?p=41963)>. Acesso em 5 abr. 2021.

A APA Capivari-Monos foi criada em 2001, em área de cerca de 251 km<sup>2</sup>. Seu território é fundamental na proteção e recuperação das cabeceiras dos mananciais das bacias hidrográficas Billings e Guarapiranga, ambas responsáveis por 30% do abastecimento de água da Região Metropolitana de São Paulo. O patrimônio natural e histórico-cultural desta APA é diverso, a exemplo das áreas de produção de alimentos agroecológicos, do encontro com o Parque Estadual da Serra do Mar, das únicas duas terras indígenas da cidade habitadas por povos Guarani nas aldeias Krukutu e Tenondé Porã, e da Cratera de Colônia, sítio geológico tombado pelo CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo).

Figura 3 - Bacias e sub-bacias hidrográficas da APA Capivari-Monos



Fonte: Plano de manejo APA Capivari-Monos<sup>13</sup>

<sup>13</sup> Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, Prefeitura de São Paulo, disponível em: <[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio\\_ambiente/publicacoes\\_svma/index.php?p=26341](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/publicacoes_svma/index.php?p=26341)>. Acesso em 5 abr. 2021.

## 4.2 ASPECTOS HISTÓRICOS E SOCIOAMBIENTAIS DA REGIÃO DE PARELHEIROS

Registros nas décadas de 1940 e 1950 mostram que a ocupação das áreas suburbanas de São Paulo se deu "mais intensamente no sentido leste-oeste do que norte-sul devido a barreiras geográficas, como as represas de abastecimento de água e a Serra do Mar" (AZEVEDO, 1945 apud PENTEADO, 1958).

O desenvolvimento dos subúrbios da capital paulista foi um fenômeno que começou a ocorrer após a primeira Guerra Mundial. A atividade agrícola nessas áreas menos centrais passou a ser uma realidade em um número significativo de pequenas chácaras, cuja produção hortifrutigranjeira inicial se destinava ao consumo dos que ali plantavam e viviam (PENTEADO, 1958; SEABRA, 1973).

No município de Cotia, que faz limite com São Paulo a oeste, Costa (1958) comenta que a cultura da batata era muito presente nos idos de 1920 em terras de famílias de imigrantes japoneses. A autora descreve também a forma como produziam, com canteiros cuidadosamente delimitados em linhas geométricas, a presença de elementos paisagísticos, o uso abundante de adubos animais, minerais e de medicamentos para combater pragas, e o emprego de sementes selecionadas.

Muitos japoneses também vieram ao Brasil para trabalhar temporariamente nas fazendas de café, entretanto o crescente processo de industrialização, a criação de mercados internos e a crise do café impuseram novas alternativas para essa parcela da população (SEABRA, 1973).

Alguns agricultores que vivem e produzem alimentos agroecológicos atualmente em Parelheiros se lembram de seus parentes e avós que muitas vezes se intoxicavam ao fazer uso de herbicidas em plantações de tomate, mas mesmo assim continuavam a fazê-lo. Outros não utilizavam pelo valor alto e impeditivo dos insumos químicos, e estranhavam quando viam os solos

degradados após os japoneses deixarem essas terras que cultivaram por muitos anos (NAKAMURA, 2016).

O plano diretor de São Paulo, vigente desde 2014 e com revisão iniciada em 2021, traz uma demarcação de zona rural no município a qual compreende a região do extremo sul. Nessa atual estruturação de territórios, o meio rural corresponde à 28% da área total da cidade, e se ancora na multifuncionalidade de atividades econômicas sustentáveis, aliadas à preservação ambiental e cultural, como por exemplo, a produção de alimentos agroecológicos, orgânicos e o ecoturismo. Cerca de 40 mil pessoas vivem na zona rural paulistana, e 84% dessas famílias vivem com até 2 (dois) salários mínimos por mês<sup>14</sup>.

Um levantamento de dados realizado por uma plataforma colaborativa<sup>15</sup> sobre a produção agrícola paulistana, verificou que de um total de 749 Unidades de Produção Agropecuária (UPAs) existentes na zona rural, quase 77% (574 UPAs) estão situadas na região sul da cidade. A grande maioria dessas unidades (69%) se qualifica como áreas de agricultura familiar (espaços com até 20 hectares e mão de obra predominantemente familiar), com 28% delas chefiadas por mulheres e 53% dos agricultores têm entre 35 e 60 anos. Apenas 10% dos agricultores possuem a DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf).

---

<sup>14</sup> Informações do projeto “Ligue os Pontos”, política público-privada entre a Prefeitura de São Paulo e a Bloomberg Philanthropies, criada em 2016 para fomentar o desenvolvimento sustentável da zona rural do sul da cidade. Disponível em: <<https://ligueospontos.prefeitura.sp.gov.br/>>. Acesso em 8 abr. 2021.

<sup>15</sup> A plataforma Sampa+Rural é uma iniciativa no âmbito do “Ligue os Pontos”. Disponível em: <<https://sampamaisrural.prefeitura.sp.gov.br/>>. Acesso em 8 abr. 2021.

## **5. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Nesta seção serão analisadas as transformações socioculturais e econômicas vivenciadas pelos sujeitos da pesquisa durante a pandemia da Covid-19, tanto do ponto de vista da produção como do consumo de alimentos orgânicos. Considera-se fundamental compreender o comportamento destas duas pontas que se conectam nas redes alimentares alternativas, possibilitando verificar em que medida o contexto pandêmico trouxe mudanças na relação de proximidade entre agricultores e consumidores.

Com relação ao diagnóstico dos impactos na produção dos alimentos, inicialmente são trazidas informações sobre a Cooperapas, o perfil e trajetórias de vida das agricultoras cooperadas, além das práticas relacionadas à agroecologia. Em seguida, são analisadas as mudanças ocorridas na parte de comercialização, não somente no âmbito das vendas coletivas pela cooperativa, como também das iniciativas individuais criadas como estratégia alternativa no período da pandemia.

Sob a perspectiva das transformações no lado do consumo de alimentos, analisou-se os seguintes dados do grupo de consumidores: perfil socioeconômico, motivações e limitações de consumo de orgânicos, percepções sobre a agroecologia e hábitos alimentares na pandemia.

Por fim, as possibilidades e dificuldades encontradas pelos agricultores e consumidores de alimentos orgânicos no período estudado se apresentam como

uma maneira de compreender se a pandemia provocou alterações na dimensão relacional entre esses atores.

## 5.1 ANÁLISE SOB O PONTO DE VISTA DA OFERTA DE ALIMENTOS

### 5.1.1 RECONSTRUÇÃO DE TRAJETÓRIAS E PRÁTICAS DAS AGRICULTORAS

Os trabalhos iniciais de formação da Cooperapas datam do ano de 2011, fundada com o propósito de aprimorar os aspectos relacionados à comercialização dos alimentos orgânicos produzidos na região de Parelheiros. Hoje o estatuto da cooperativa lista cerca de 40 agricultores, sendo metade deles com participação mais ativa. Em razão de trâmites burocráticos durante os primeiros anos de funcionamento, foi somente em meados de 2015 que os agricultores cooperados conseguiram efetivamente se organizar para realizar as vendas pela instituição. O perfil heterogêneo das pessoas integrantes da cooperativa abriu novas possibilidades de troca de conhecimentos e a união de esforços produtivos entre elas. Ao mesmo tempo, trouxe desafios iniciais durante a consolidação do grupo, segundo relembra uma das agricultoras que fez parte da fundação e já ocupou o cargo de presidente:

“Tivemos bastante dificuldade no começo, porque nenhum agricultor tinha experiência no cooperativismo. A organização e mesmo a convivência foram complexas. Nossa cooperativa ficou parada durante praticamente três anos porque não conseguíamos acertar a documentação e não tínhamos a experiência necessária. Então, em 2014 a gente montou uma comissão para reativar a Cooperapas e, junto com o pessoal da Casa de Agricultura de Parelheiros, conseguimos com esforço acertar a documentação. Em 2015, fizemos nossa primeira assembleia e ficou tudo certo, colocamos a cooperativa para funcionar<sup>16</sup>.”

---

<sup>16</sup> Trecho extraído de reportagem de 29/06/2016, escrita por Mônica Ribeiro para o *website* Conexão Planeta. Disponível em: <<https://conexaoplaneta.com.br/blog/agricultura-organica-cresce-em-sao-paulo/>>. Acesso em 10 jun. 2021.

Pode-se observar uma grande diversidade sociocultural nas trajetórias de vida de seus membros. Há alguns agricultores cujos pais e avós viviam e trabalhavam na roça; outros que migraram de diferentes estados brasileiros; que trabalharam com outras profissões antes da agricultura e há aqueles que se mudaram para a região em busca de maior contato com a natureza.

A Agricultora I e seu marido nasceram no interior do Ceará, em uma cidade chamada Limoeiro do Norte. Chegaram em São Paulo, constituíram família (um casal de filhos e um neto) e trabalharam em diversos setores. Foi funcionária pública do estado de São Paulo por 40 anos, trabalhando como professora e coordenadora pedagógica de uma escola do ciclo I da Educação Fundamental. Nesse período, sempre organizava excursões para as crianças visitarem os sítios na região de Parelheiros. Seu marido foi metalúrgico, comerciante e antes de se tornar agricultor, foi responsável durante cerca de 15 anos pela cantina da escola onde ela trabalhava.

Após sua aposentadoria, eles quiseram buscar um lugar para estar em maior contato com a natureza e onde pudessem continuar a trabalhar. Assim decidiram trabalhar com a terra. Arrendaram um terreno em Parelheiros há 7 anos e hoje, ela com 63 anos e ele com 67 anos, dedicam-se à agricultura orgânica. Não residem no local de produção, vivem há cerca de 35 quilômetros de distância, em Diadema, cidade da região metropolitana de São Paulo.

A Agricultora II, com 57 anos, chegou em São Paulo em 1987, vindo de Brotas de Macaúbas, pequena cidade no interior da Bahia, a 580 quilômetros de Salvador. O contato com a roça aconteceu desde sua infância, pois seu avô plantava diversos tipos de frutas, como goiaba, manga, laranja e banana. Quando plantavam na roça da família não utilizavam agrotóxicos. Mas quando sua mãe trabalhava em outras fazendas, era sempre em monoculturas de feijão, milho, tabaco, e com a utilização de produtos químicos. Ela conta que se interessava muito pelas frutas nativas da Caatinga e do Cerrado e as utilizava como ingredientes para produção de licor artesanal.

Já nos primeiros anos em São Paulo, quando se mudou para morar no bairro de Parelheiros, a Agricultora II conheceu produtores locais que produziam frutas nativas da Mata Atlântica, como uvaia, jabuticaba e cambuci. Em 1989, ela e o marido abriram um restaurante de comida brasileira com ingredientes oriundos da produção orgânica da região, e hoje administram o local junto com seus sete filhos. Ela é a chef de cozinha de seu próprio empreendimento. No início dos anos 2000, começou a preparar receitas com o cambuci que comprava desse grupo de produtores e em 2008, seu restaurante entrou na Rota Gastronômica do Cambuci<sup>17</sup>. No ano de 2018, ela decidiu arrendar uma terra a cerca de oito quilômetros de sua residência, para começar a plantar frutas nativas e hortaliças que poderia utilizar no restaurante e comercializar de outras formas. Integra a Cooperapas desde 2012.

A agricultora III, de 53 anos, foi uma das responsáveis pela fundação da cooperativa, já tendo ocupado o cargo de presidente e atualmente é a vice-presidente. Antes de se tornar permacultora – como ela se autodenomina – trabalhou por muitos anos na área da educação em uma escola de ensino infantil. Houve uma época em que também comercializava os produtos de agricultores convencionais de Parelheiros para, em sua maioria, as pessoas que trabalhavam na escola. Filha de agricultor, morava na cidade, mas tinha vontade de voltar ao campo. No ano de 2007, ela e sua companheira precisavam de um espaço para abrigar cerca de 15 cães resgatados, e decidiram adquirir uma chácara em Parelheiros. Nesse local, passou também a produzir hortaliças sem o uso de agrotóxicos e atuar como defensora do meio ambiente e dos animais. Atualmente, dezenas de cães (cerca de 60), gatos, coelhos, galinhas, patos, jumentos e gansos convivem na propriedade (ver Figura 4 abaixo). Após ter realizado três cursos de agricultura orgânica e biodinâmica, a Agricultora III relata que isso foi um passo que transformou sua vida.

---

<sup>17</sup> Esta iniciativa é uma estratégia conjunta entre o Instituto Auá e municípios da Serra do Mar paulista para conservação da Mata Atlântica, por meio do resgate e fomento do cultivo e da comercialização do cambuci, seguindo princípios agroecológicos (nota da autora).

Figura 4 - Diversidade de animais que vivem no sítio da Agricultora III



Fonte: Própria autora

A maior parte dos agricultores cooperados produz em locais com área total entre 2 e 8 hectares. Há alguns sítios com mais de 30 hectares, sendo em grande parte áreas de preservação de vegetação nativa onde não são permitidas atividades agrícolas (NAKAMURA, 2016). Verifica-se a prática da agricultura orgânica certificada nos sítios associados, com princípios da agricultura biodinâmica e da permacultura.

O sítio da Agricultora I tem um total de 5 hectares, com aproximadamente 1 hectare destinado à produção de alimentos. Ela e o marido afirmam estabelecer uma relação harmoniosa e de cuidado com a natureza, e se alegram com as visitas frequentes de abelhas, borboletas, pássaros, saguis e outros animais ao local. Na sua opinião, quando se cuida da natureza, os seres humanos também são cuidados por ela.

No início das atividades agrícolas, realizaram o cultivo de apenas alguns temperos e hortaliças (alface, couve, cebolinha, salsinha, coentro) para consumo próprio. Ao longo dos anos e com o aprimoramento dos conhecimentos sobre agricultura orgânica, houve um aumento na produção e passaram a

comercializar o excedente para amigos e pessoas conhecidas. Além de não utilizarem produtos químicos e outros insumos externos, o manejo do sítio é caracterizado por consórcios de espécies vegetais, canteiros sempre com bastante cobertura de palhagem, e não utilização de enxada. Em alguns casos, o plantio em consórcio é adotado para o controle de insetos, como por exemplo, o coentro e as folhas de brócolis que ajudam na ação repelente contra formigas.

A diversidade de espécies cultivadas se ampliou ao longo do tempo. Hoje produzem cerca de 55 alimentos, entre hortaliças, ervas para chá como a erva doce, frutas como banana e mamão. Produzem também 13 variedades de PANCs (Plantas Alimentícias Não Convencionais), tais como bertalha, capuchinha e taioba. A produção do sítio é certificada no sistema SPG (Sistema Participativo de Garantia) pela Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica (ABD).

O sítio da Agricultora II ocupa uma área total de 2,8 hectares, sendo metade dela destinada à produção de alimentos. Quando chegou nessa terra, abandonada há 20 anos, o solo encontrava-se extremamente degradado, pois os antigos arrendatários plantavam espécies ornamentais e realizavam muitas queimadas na floresta. Ela relata sua relação de respeito com a natureza, e o esforço feito até o momento para recuperar o solo e cuidar da água por meio de práticas da permacultura. Em sua opinião, é preciso conhecer e observar o solo para produzir alimento. Quando eles roçam a terra, a Agricultora II conta que sempre colocam matéria orgânica como cobertura, nunca deixam o solo descoberto.

O objetivo da Agricultora II é manejar uma agrofloresta com foco na diversidade de frutas nativas. Atualmente está plantando cambuci, uvaia, cerejeira do rio grande, araçá e juçara, juntamente com laranja, limão e cacau. Cultiva também temperos, como alecrim, manjeriço, manjerona e PANCs, como azedinha e taioba. A Agricultora II faz parte da Cooperapas desde seus primeiros anos de funcionamento, entretanto não teve a necessidade da certificação orgânica, porque as frutíferas se encontram ainda em fase de desenvolvimento.

O sítio da Agricultora III possui um total de 0,4 hectares, com metade da área ocupada pela atividade agrícola. Sua relação com a natureza acontece de forma integrada, buscando aplicar os princípios da permacultura. Ela se considera uma cientista dentro da própria propriedade e aficionada por formação de solo, uma vez que constantemente realiza experimentos para avaliar como as plantas e a terra reagem. Além disso, implantou um sistema de saneamento básico alternativo com banheiro seco, biodigestor e filtro biológico de águas cinzas. Há também a produção de alimentos em uma horta na forma de mandala e sistema de captação de água da chuva.

Figura 5 - Vista externa do banheiro seco no sítio da Agricultora III



Fonte: Própria autora

Figura 6 - Biodigestor no sítio da Agricultora III



Fonte: Própria autora

No início das atividades do sítio e antes da fundação da cooperativa, a Agricultora III cultivava apenas algumas hortaliças e temperos para consumo próprio. Havia já algumas frutíferas produtivas no local, como banana, mexerica e laranja lima, e conforme a produção da horta foi crescendo, ela e sua companheira passaram a comercializar para amigos. Ao longo dos primeiros anos da Cooperapas, ela e outros agricultores se articularam para começar a participar de feiras de alimentos orgânicos.

Figura 7 - Horta no sítio da Agricultora III



Fonte: Plataforma do Ciclo Vivo<sup>18</sup>

---

<sup>18</sup> Disponível em: <<https://ciclovivo.com.br/vida-sustentavel/alimentacao/organicas-para-todes-coletivo-articula-venda-e-doacao-de-organicos/>>. Acesso em 1 jun. 2022.

A diversidade de alimentos cultivados neste local foi planejada para compor um sistema agroflorestal. Hoje contam com produção de bananas e frutas nativas da Mata Atlântica, como por exemplo, araçá, pitanga, cambuci, grumixama, goiaba, jabuticaba, uvaia e juçara. Além da comercialização *in natura* das frutas, a Agricultora III e sua companheira fazem o processo de beneficiamento e produzem geleias, compotas, pães e doces.

Segundo relata a Agricultora III, existem alguns agricultores cooperados que têm a certificação participativa (SPG) pela ABD e outros se constituem como uma Organização de Controle Social (OCS), a qual permite que os alimentos sejam vendidos somente por venda direta em domicílios, feiras e instituições públicas. Na sua visão, a certificação é uma obrigatoriedade que precisa ser cumprida para poderem escoar a produção em distintos canais de venda. Mas que na realidade, entende que a agricultura orgânica se revela muito mais na atitude do que na certificação.

Um quadro resumo foi elaborado a partir da narrativa das agricultoras sobre suas práticas agroecológicas relacionadas ao manejo:

Quadro 1 - Práticas agroecológicas das agricultoras entrevistadas

	Área do sítio / área produtiva (hectares-ha)	Arrendatária (A) ou Proprietária (P)	Práticas agroecológicas / manejo	Diversidade produtiva
<b>Agricultora I</b>	5 ha / 1 ha	A (não reside no sítio)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Plantio em consórcio (controle de insetos: coentro e brócolis)</li> <li>• Cobertura de canteiros com palha</li> <li>• Não utiliza enxada</li> <li>• Remédios naturais (borra de café diluída x formigas)</li> </ul>	55 variedades de alimentos: hortaliças, ervas aromáticas, banana, mamão, 13 PANCs (bertalha, capuchinha, taioba, etc.)
<b>Agricultora II</b>	2,8 ha / 1,4 ha	A (não reside no sítio)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Trabalho de recuperação do solo e das nascentes</li> <li>• Permacultura / agrofloresta</li> <li>• Conhecer e observar o solo</li> <li>• Cobertura do solo com matéria orgânica</li> </ul>	araçá, cambuci, cerejeira do rio grande, juçara, uvaia, cacau, laranja, limão, manjerição, manjerona, PANCs (azedinha e taioba)
<b>Agricultora III</b>	0,4 ha / 0,2 ha	P (reside no sítio)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cientista, experimentos e observação do solo</li> <li>• Permacultura / agrofloresta</li> <li>• Fossa biodigestora, filtro biológico de águas cinzas, banheiro seco, horta em mandala e captação de água de chuva</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• araçá, cambuci, goiaba, grumixama, jabuticaba, juçara, pitanga, uvaia, banana, laranja lima, mexerica</li> <li>• preparo de pães, bolos, geleias</li> </ul>

### 5.1.2 A COMERCIALIZAÇÃO NA PANDEMIA

No que tange à parte de comercialização dos produtores da Cooperapas, alguns deles destinam quase que a totalidade de sua produção para escoar via cooperativa, e outros conciliam a venda pela cooperativa com outros canais. As entregas dos orgânicos produzidos pela cooperativa ocorrem três vezes por semana, e a quantidade do pedido é organizada previamente de modo a contemplar a disponibilidade de alimentos dos agricultores associados.

Anterior ao advento da pandemia da Covid-19, a cooperativa comercializava sua produção na cidade de São Paulo de distintas formas, todas elas associadas a circuitos curtos. Os principais locais eram: a Feira de Produtos Orgânicos e da Agricultura Limpa no “Melódromo” do Ibirapuera; as feiras orgânicas itinerantes que eram organizadas em diversas unidades do SESC-SP (Serviço Social do Comércio); o Instituto Chão, loja especializada de orgânicos, que trabalha com princípios de economia justa e solidária; e os restaurantes Arturito e La Guapa, da conceituada *chef* de cozinha Paola Carosella.

Figura 8 - Barraca da cooperativa na feira do “Melódromo” do Ibirapuera



Fonte: Perfil da Cooperapas no *Facebook*<sup>19</sup>

<sup>19</sup> Foto divulgada em outubro de 2019 (antes da pandemia). Disponível em: <<https://www.facebook.com/Cooperapas/>>. Acesso em 5 jun. 2022.

Além da venda pela cooperativa, as três agricultoras realizavam vendas diretas para consumidores, durante visitas turísticas em suas propriedades, no âmbito da iniciativa chamada “Acolhendo em Parelheiros”<sup>20</sup>. Por meio do turismo de base comunitária – o qual é desenvolvido e protagonizado pelos próprios agricultores locais – busca-se fomentar a prática do turismo rural na região sul da cidade que inclua a sustentabilidade social e ambiental em suas atividades. Antes da pandemia, foram realizadas diversas visitas de estudantes de escolas públicas e outras pessoas interessadas em conhecer a produção de alimentos orgânicos.

Figura 9 - Visita de turistas (antes da pandemia) no sítio da Agricultora I



Fonte: Acolhida na Colônia<sup>21</sup>

---

<sup>20</sup> O projeto existe desde 2017 e foi desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário (IBEAC), fruto da parceria entre a Cooperapas, agricultores de Santa Catarina da “Acolhida na Colônia”, o SESC-SP e uma agência de turismo (nota da autora).

<sup>21</sup> Disponível em: <<https://acolhida.com.br/destinos/sao-paulo/acolhendo-em-parelheiros/chacara-maravilha-de-deus/>>. Acesso em 5 jun. 2022.

Figura 10 - Visita de turistas (antes da pandemia) no sítio da Agricultora III



Fonte: Acolhida na Colônia<sup>22</sup>

Parte da produção dos alimentos da Agricultora I era também comercializada para um grupo de amigos e conhecidos, com ponto fixo de entrega em três CEIs (Centros de Educação Infantil) em que trabalhou.

Com a chegada do coronavírus no Brasil e o aumento do número de casos em São Paulo no primeiro semestre de 2020, o governo municipal e estadual decretou medidas sanitárias para conter a disseminação da Covid-19, incluindo o fechamento total de escolas e do comércio. De acordo com as agricultoras entrevistadas, os primeiros meses de pandemia foram muito preocupantes com relação à queda na comercialização dos alimentos pela cooperativa, porque seus principais canais de venda eram as feiras livres, o Instituto Chão e os restaurantes, que precisaram interromper suas atividades. Além disso, o circuito de feiras do SESC e as visitas de turismo também não puderam mais ocorrer.

Para a Agricultora I, a pandemia também impactou a venda para o grupo de amigos, pois como realizava as entregas das cestas nas escolas, que àquela época encontravam-se fechadas, precisou se readequar e passar a entregar em domicílio. Contudo, houve uma redução do número de clientes já que muitos moravam distante e não havia como continuar entregando para todos. Por um

---

<sup>22</sup> Disponível em: <<https://acolhida.com.br/destinos/sao-paulo/acolhendo-em-parelheiros/recanto-dos-pereiras/>>. Acesso em 5 jun. 2022.

lado, a renda mensal proveniente da agricultura diminuiu, mas por outro lado, ela comentou que conseguiu garantir maior qualidade na preparação dos pedidos, pois tinha mais tempo disponível. A redução nas vendas com a agricultura e o turismo para essa família impactou em parte sua renda familiar, uma vez que a agricultora conta como principal fonte de renda o benefício da aposentadoria, pelos anos de trabalho na área da educação do estado de São Paulo.

Para a Agricultora II, as consequências da pandemia em sua atividade agrícola foram indiretas, contudo, afetaram diretamente sua principal fonte de renda familiar, as vendas do restaurante. Com o fechamento temporário de seu restaurante e a queda no movimento, quando pôde reabrir, foi preciso demitir alguns funcionários e a carga de trabalho aumentou para ela e sua família. Desse modo, não tiveram tempo extra disponível para se dedicar ao cuidado da roça durante a pandemia. As árvores frutíferas permanecem sendo seu foco de produção, mas algumas hortaliças deixaram de ser plantadas, já que exigiam um cuidado e manejo mais periódicos. Em razão da diminuição de sua renda mensal com o restaurante, realizou com sucesso campanhas virtuais para arrecadar doações financeiras e conseguir arcar com os custos de operação do estabelecimento.

A Agricultora III relatou que novas possibilidades de comercialização surgiram durante o ano de 2020, de maneira a reequilibrar em parte sua renda mensal, devido à redução das vendas dos alimentos orgânicos e suspensão das atividades de turismo. Logo nos primeiros meses de pandemia, a Agricultora III junto com mais algumas mulheres, que também moram em Parelheiros, formaram um coletivo chamado Orgânicas para Todes. A proposta é a venda tradicional de cestas de alimentos agroecológicos produzidos por agricultores locais, entretanto, combinada com a doação de uma cesta no mesmo valor para famílias do território que vivem em situação de vulnerabilidade. Assim, a iniciativa se traduz em uma rede de alimentos solidária, contribuindo tanto para diversos agricultores da região (não somente membros da Cooperapas) a terem uma renda durante a pandemia, pois estavam com dificuldades para escoar a

produção, como também levando comida saudável para as pessoas em situação de insegurança alimentar.

Figura 11 - Ação de doações de alimentos da Orgânicas para Todes durante pandemia



Fonte: Plataforma do Ciclo Vivo<sup>23</sup>

Uma outra alternativa importante de renda para a família da Agricultora III nesse período foi a comercialização de alimentos produzidos pela Cozinha das Amaras<sup>24</sup>, na qual sua companheira trabalha. A gestão do empreendimento e o preparo das comidas ficam a cargo de mulheres cozinheiras de Parelheiros, que utilizam ingredientes agroecológicos cultivados nos sítios da região, incluindo o da Agricultora III. Antes da pandemia, elas organizavam oficinas e rodas de conversa para disseminar o conhecimento na comunidade acerca de receitas culinárias saudáveis, desperdício alimentar, empoderamento, autonomia e geração de renda para mulheres. Com a Covid-19, esses encontros não puderam mais acontecer, o que ocasionou uma diminuição na renda obtida das refeições que preparavam. Uma maneira que encontraram para continuar a

---

<sup>23</sup> Disponível em: <<https://ciclovivo.com.br/vida-sustentavel/alimentacao/organicas-para-todes-coletivo-articula-venda-e-doacao-de-organicos/>>. Acesso em 7 jun. 2022.

<sup>24</sup> Trata-se de um empreendimento econômico e solidário, fruto da parceria entre o IBEAC e o Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento (CPCD), e criado no âmbito das atividades do “Acolhendo em Parelheiros” (nota da autora).

produção foi incluir seus pães e geleias na cesta distribuída pela Orgânicas para Todes.

Após os primeiros meses de pandemia, as restrições de abertura do comércio em São Paulo foram sendo liberadas conforme se reduzia a média do número de casos e mortes. Assim, as lojas e os restaurantes voltaram a funcionar seguindo as recomendações das medidas de proteção, e as vendas da Cooperapas voltaram a se estabilizar gradativamente. Percebe-se que a dificuldade das agricultoras em escoar os alimentos orgânicos, especialmente no início da pandemia, por meio da cooperativa foi temporária. Em razão de estarem associadas em rede e fazer parte de circuitos curtos com parceiros comerciais consolidados na cidade, os problemas com a comercialização puderam ser contornados de maneira estável e gradual tão logo o comércio foi reaberto.

Quando houve a reabertura da feira de orgânicos do Ibirapuera, a barraca da cooperativa passou por dificuldades, pois as pessoas responsáveis por ela faziam parte do grupo de risco e tinham receio de sair do isolamento social. Após um período e sob o risco de perder o ponto, conseguiram se organizar e retomar as vendas seguindo os protocolos do uso de máscara, álcool gel e de distanciamento.

As atividades de turismo nos sítios de Parelheiros não voltaram ainda a acontecer e são um dos momentos de contato próximo com os consumidores dos quais as agricultoras mais sentem falta. Além de ser um ótimo complemento de renda, ambas descrevem como se sentem felizes ao receber as pessoas em seu local de produção, conversar sobre agroecologia, compartilhar suas histórias, seu modo de vida e receitas culinárias. São nesses tipos de encontro que elas também se sentem reconhecidas e valorizadas por seu trabalho. Quando uma criança se emociona ao ver pela primeira vez uma cenoura sendo colhida direto da terra, ou quando elas são as anfitriãs de uma oficina, podendo partilhar conhecimentos com outras pessoas.

Com respeito aos custos atrelados à sua atividade de produção, todas as agricultoras notaram um expressivo aumento, alguns itens acima de 50%. Foram citados principalmente os preços de sementes, mudas, farinha de osso, ração para as galinhas caipiras e o combustível. Entretanto, todas afirmaram não terem conseguido repassar esse aumento para o valor de venda dos alimentos.

Percebe-se, desse modo, que a Covid-19 trouxe impactos econômicos e socioculturais importantes na vida das entrevistadas. O nível de renda das agricultoras sofreu redução por uma série de fatores: queda nas vendas pela cooperativa para canais indiretos (lojas especializadas, restaurantes), diminuição de clientes em seus outros canais de comercialização próprios por via direta (*delivery*, feiras orgânicas), e menor lucro com as vendas devido ao forte aumento do preço dos insumos agrícolas.

Ademais, as fontes de renda complementares que se originavam das visitas de turismo, da venda de orgânicos nos locais de produção, e de convites para oficinas e palestras foram impactadas. Conseqüentemente, os movimentos de proximidade relacional que se gerava nessas ocasiões de contato direto entre agricultores e consumidores tiveram que ser interrompidos.

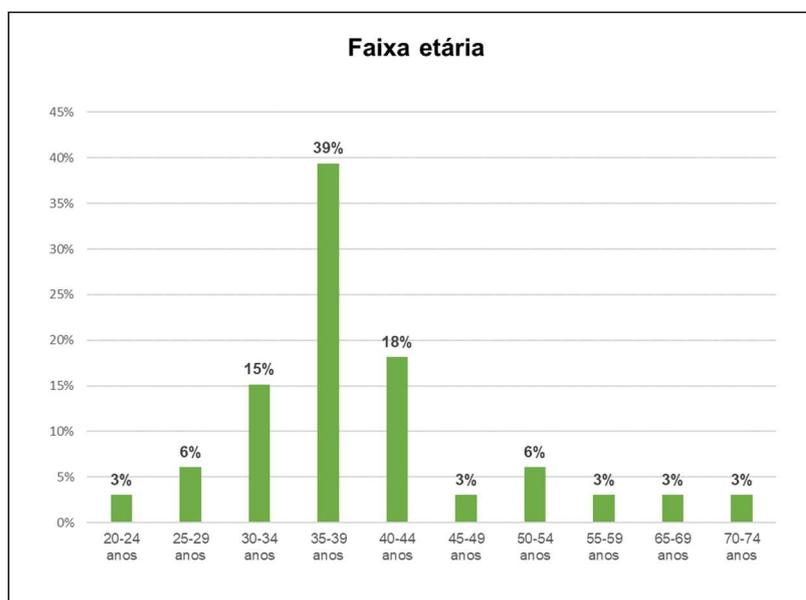
Apesar dos impactos negativos mencionados, verifica-se que a organização das agricultoras em rede possibilitou a criação de formas alternativas de comercialização dos orgânicos durante a pandemia. No caso da agricultora III, a criação da Orgânicas para Todes representou uma resposta ao momento de crise, gerando renda a produtores que não tinham para onde escoar seus alimentos e distribuindo cestas para populações vulneráveis. Essa experiência contribuiu para fortalecer o mercado local e redefinir as relações de produção e consumo, guiando-se pela prática de preços justos, equidade, ética e solidariedade.

## 5.2 ANÁLISE SOB O PONTO DE VISTA DOS CONSUMIDORES

### 5.2.1 PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS CONSUMIDORES

A maior parcela das pessoas que respondeu ao questionário como consumidores de redes alimentares alternativas concentra-se na faixa etária entre 35 e 44 anos, correspondendo a 57% do total.

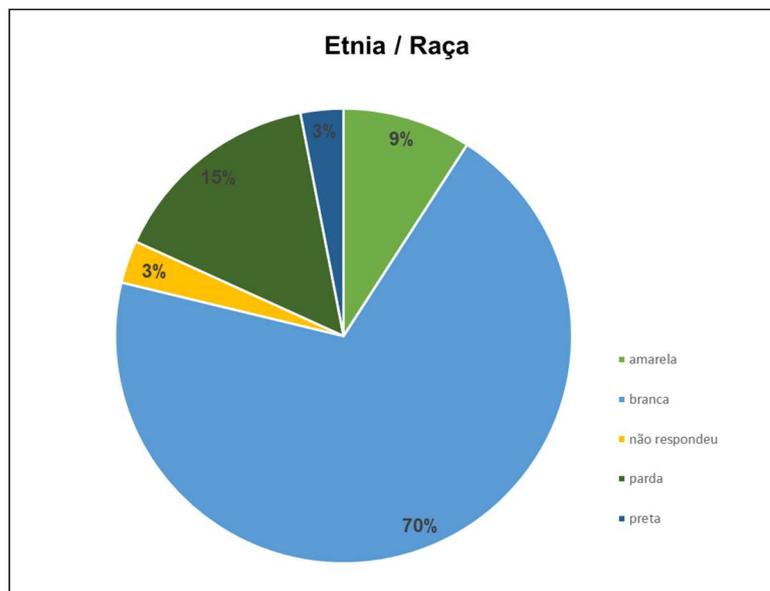
Figura 12 - Faixa etária dos consumidores



Fonte: Própria autora

Cabe recordar que foram entrevistadas pessoas que compram alimentos da “Orgânicas para Todes” e da “Cores Vivas Rede Agroecológica”, ambas iniciativas criadas por mulheres que apresentam o mesmo perfil etário (35-44 anos). Pode-se inferir que parte significativa da rede de consumidores desses empreendimentos pode ter iniciado a comprar com elas por já se conhecerem antes e/ou fazerem parte de círculos sociais próximos.

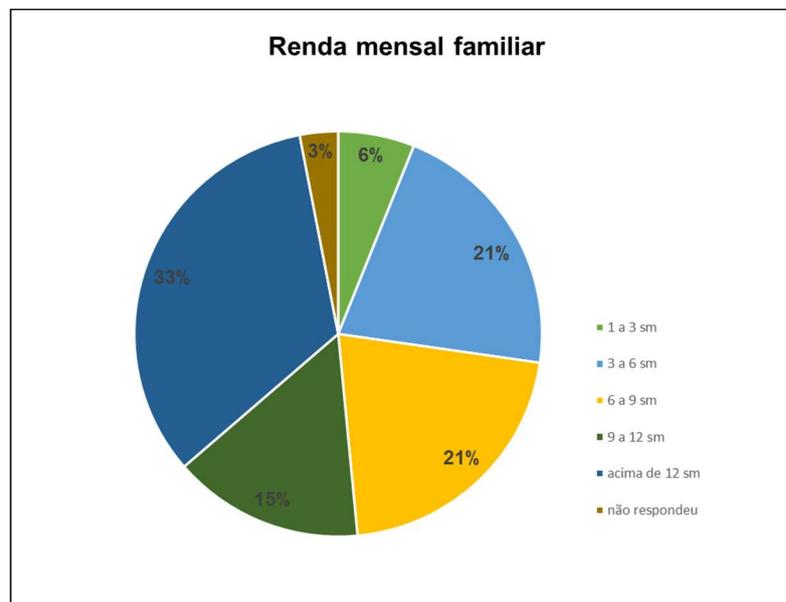
Figura 13 - Etnia / raça dos consumidores



Fonte: Própria autora

A maioria das pessoas respondeu ser do gênero feminino (85%), de etnia/raça branca (70%) e parda (15%). As atividades profissionais informadas foram diversas, com a predominância de trabalhos na área de educação, comunicação e artes (jornalistas, relações públicas, designers), nutrição e sustentabilidade.

Figura 14 - Renda mensal familiar dos consumidores



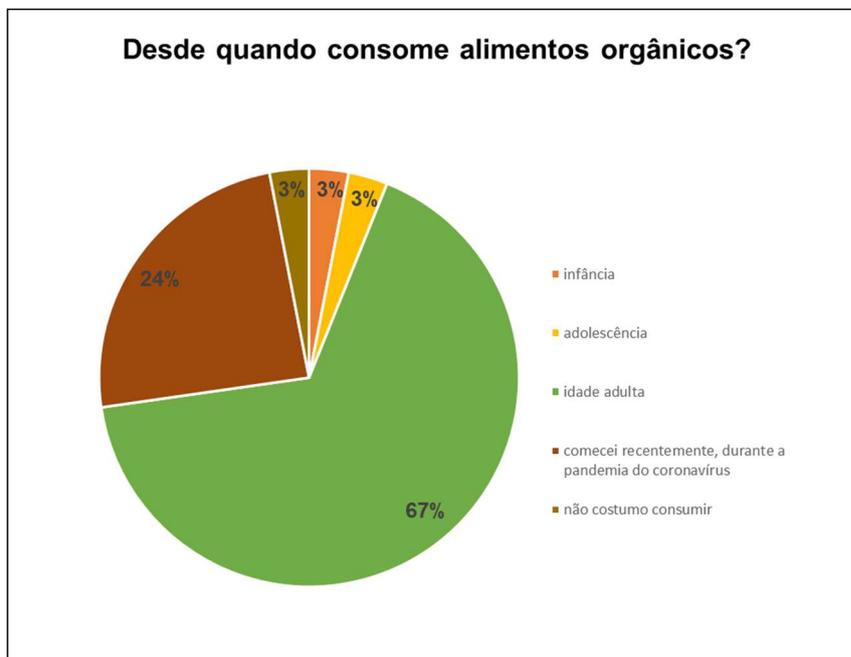
Fonte: Própria autora

Com relação à renda familiar mensal, 33% dos entrevistados recebem acima de 12 salários mínimos ("sm"), seguidas por 21% entre 3 e 6 "sm", e também 21% entre 6 e 9 "sm". Esse perfil econômico se reflete no alto grau de escolaridade das pessoas, de modo que 58% possuem pós-graduação e 42% ensino superior completo.

### 5.2.2 MOTIVAÇÕES DE CONSUMO E PERCEPÇÕES SOBRE A AGROECOLOGIA

Do total de pessoas entrevistadas, 67% afirmaram ter iniciado o consumo de alimentos orgânicos na idade adulta e 24% em um passado recente, motivadas pelo contexto da pandemia. É de se destacar que quase um quarto dos respondentes mudou seus hábitos alimentares com a chegada da pandemia, não somente devido às medidas de isolamento social, mas também por outras razões que serão demonstradas a seguir.

Figura 15 - Etapa de vida em que iniciou o consumo de alimentos orgânicos



Fonte: Própria autora

Para esses dois grupos (“idade adulta” e “comecei recentemente, durante a pandemia do coronavírus”), foi pedido que descrevessem brevemente quais as principais razões que os fizeram mudar seus hábitos alimentares. A maior parte das respostas (84%) se concentrou em quatro grandes temas motivacionais: preocupação com a saúde (32%), maior conscientização ambiental, social e política sobre os impactos dos agrotóxicos (24%), apoio e valorização da agroecologia e de práticas sustentáveis (14%), e aumento da oferta de estabelecimentos que vendem orgânicos (14%). As demais respostas (16%) abordaram questões diversas, como a praticidade de iniciativas online que entregam orgânicos em casa, percepção de que os preços praticados pelas *AFNs* são mais acessíveis se comparados aos de supermercados, e maior disponibilidade de tempo para organizar a rotina diária de alimentação.

Para aquelas pessoas cuja motivação é a preocupação com a saúde (32%), os alimentos orgânicos representam uma forma de cuidado com a saúde

da família, busca por hábitos alimentares mais saudáveis e melhor qualidade de vida. Alguns outros respondentes afirmaram seguir dietas alimentares por motivos médicos e outros manifestaram que desejam “não ingerir veneno” e o “consumo de menos agrotóxico”.

O segundo tema mais abordado nas respostas (24%) se refere a um maior acesso a informações sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde humana, meio ambiente, clima e, conseqüentemente, uma maior conscientização sobre o assunto. Percebe-se uma maior preocupação dos consumidores “com o impacto das escolhas diárias”. Foram citados, além disso, o impacto causado pelo “agronegócio” e o aumento da permissão de uso de agrotóxicos no governo Bolsonaro.

Para esses dois grupos acima, fica explícito que as motivações para consumir alimentos orgânicos giram em torno da busca pela saúde de si e de seus familiares, mas também indicam a existência de outras preocupações quando se opta por esse tipo de alimento, como a preservação do meio ambiente e os impactos negativos de práticas não sustentáveis na agricultura e dos agrotóxicos. Aqui percebe-se uma mudança qualitativa nas percepções dos consumidores que dialoga com a abordagem de *One Health* do PNUMA. Nela, reforça-se a necessidade de se praticar uma agricultura sustentável, como maneira de se prevenir novos surtos pandêmicos, e que propicie não somente a saúde humana como também a saúde animal e ambiental. Observa-se, além disso, que esses consumidores parecem ter uma compreensão mais ampla sobre os diversos aspectos que compõem um sistema alimentar.

Ainda que em menor quantidade de respostas (14%), cabe destacar o grupo de pessoas que começou a incluir orgânicos na alimentação por terem vontade de apoiar e valorizar as “redes agroecológicas”, a “agricultura em pequena escala” e “práticas mais sustentáveis”. Ou estimular “uma forma de produção que, no geral, parece envolver menos exploração trabalhista e ambiental”. Há também aquelas que demonstram interesse pela dimensão relacional, tais como: “vontade de se aproximar de agricultores e movimentos agroecológicos” e “relação com pessoas mais conscientes”.

É perceptível que, para além das motivações relacionadas à busca por saúde e qualidade de vida, os consumidores de redes alimentares alternativas evidenciam outras preocupações sociais e políticas em suas escolhas de consumo. Nota-se que a proximidade (geográfica e/ou relacional), além da possibilidade de conhecer e estar próximo de agricultores, são condições proporcionadas pelas AFNs que contribuem para que os consumidores tenham um maior interesse e acesso a informações sobre alimentos orgânicos, agroecologia, e outros temas em torno da alimentação saudável e preservação do meio ambiente. A realização de oficinas, rodas de conversa e visitação às unidades produtivas por parte dos agricultores, por exemplo, são bons exemplos onde pode ocorrer troca de saberes e experiências de forma a gerar uma maior conscientização nas pessoas.

Figura 16 – Formas de reconhecimento de alimentos orgânicos



Fonte: Própria autora

Com relação às percepções dos entrevistados sobre como reconhecer um hortifruti orgânico, as respostas foram divididas, como se observa na Figura 16. Se por um lado cerca de 31% reconhecem um alimento orgânico pelo selo de

certificação, por outro 50% também consideram orgânico aqueles sem certificação, sob a condição de serem produzidos de forma ecológica (25%) ou com informações de que é produzido sem uso de agrotóxicos e insumos químicos (25%)<sup>25</sup>.

Além disso, 16% das pessoas mencionaram que podem averiguar se o alimento é orgânico por meio de conversa com os próprios agricultores/vendedores no local e momento de venda, ocasiões essas proporcionadas por *AFNs* associadas a circuitos curtos.

Além das categorias acima descritas, algumas pessoas mencionaram outras maneiras de reconhecer alimentos orgânicos, tais como indicação de amigos e parceiros que atuam com hortas e coletivos que produzem e vendem sem o selo de certificação, mas que “há a possibilidade de construção de vínculo e confiança sobre o manejo utilizado pelo agricultor”. As palavras “confiança”, “acreditar” e “conhecer” estiveram bastante presentes nas respostas abertas. Houve menção ao costume de acessar orgânicos via iniciativas confiáveis que vendem direto do produtor, pois não se costuma “acreditar muito em grandes mercados, porque mesmo que a produção seja de fato orgânica, os direitos dos trabalhadores muitas vezes não são respeitados”.

Nesse sentido, nota-se que para além do selo de certificação orgânica, para grande parcela desses consumidores, o reconhecimento de um alimento orgânico pode percorrer também um caminho alternativo ao que é atualmente proposto pelas grandes redes de varejo. Para essas pessoas que já acessam orgânicos via *AFNs*, o elemento da proximidade (seja geográfica e/ou relacional) com agricultores e fornecedores de confiança, de poder conhecer quem os produz e visitar os locais de produção (como na Cooperapas) possibilita um maior acesso a informações e conscientização quanto às particularidades não somente econômicas como também ambientais e sociais que envolvem a produção orgânica e a agroecologia.

---

<sup>25</sup> Nesses casos, na ausência do selo de certificação orgânica, a informação de que o produto é produzido de forma ecológica pode ser comunicada pelo agricultor no momento da venda direta ao consumidor, como em *delivery*, feiras, visitas turísticas, etc.

Figura 17 - Fatores motivacionais para o consumo de orgânicos em *AFNs*



Fonte: Própria autora

Visando a compreensão de um conjunto de fatores motivacionais para o consumo de alimentos orgânicos, foi solicitado aos respondentes para que atribuísem um grau de importância a valores e princípios considerados intrínsecos à caracterização das *AFNs* (escala de avaliação: 1-nada importante; 2-pouco importante; 3-importante; 4-muito importante).

Nove elementos foram avaliados, descritos na ordem em que aparecem no formulário *online*: (1) consumir alimentos cultivados sem o uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos; (2) comprar de agricultoras(es) locais e de municípios próximos a São Paulo; (3) comprar orgânicos direto das(os) agricultoras(es); (4) diversificar alimentação; (5) saber quem produz e de onde vem o alimento; (6) conhecer as hortas e locais de produção de alimentos, participar de atividades em contato com a natureza; (7) saúde e bem-estar das(os) agricultoras(es); (8) saúde e preservação do meio ambiente; (9) valorização da agricultura familiar.

Com exceção do item 6 acima, todos os outros obtiveram notas altas e similares de importância, isto é, representam não somente as motivações relevantes de consumo como também os valores subjetivos quando optam por incluir alimentos orgânicos em sua dieta. A possibilidade de conhecer as hortas e participar de atividades na natureza pode não ter sido em um primeiro momento algo que chamou a atenção das pessoas, uma vez que esse tipo de atividade ainda não é uma prática totalmente difundida nos territórios agroecológicos e estava em suspensão por causa da pandemia.

### 5.2.3 A PROXIMIDADE GEOGRÁFICA

A maioria das pessoas entrevistadas, embora inserida em circuitos curtos de alimentos - com uma curta distância física entre elas e os produtores - não apresenta restrições quanto à compra de orgânicos produzidos em outra região do Brasil (84%). Com relação aos tipos de alimento que comprariam, as respostas foram diversas, desde hortifrutis, produtos processados como grãos, cereais, farinhas, geleias e laticínios. Além disso, algumas responderam comprar produtos regionais e sazonais, como “frutas de outro bioma”, “produtos que não são encontrados com facilidade na região sudeste”, que ajudariam a “fomentar o desenvolvimento de outras regiões” e “ajudasse comunidades em necessidade”.

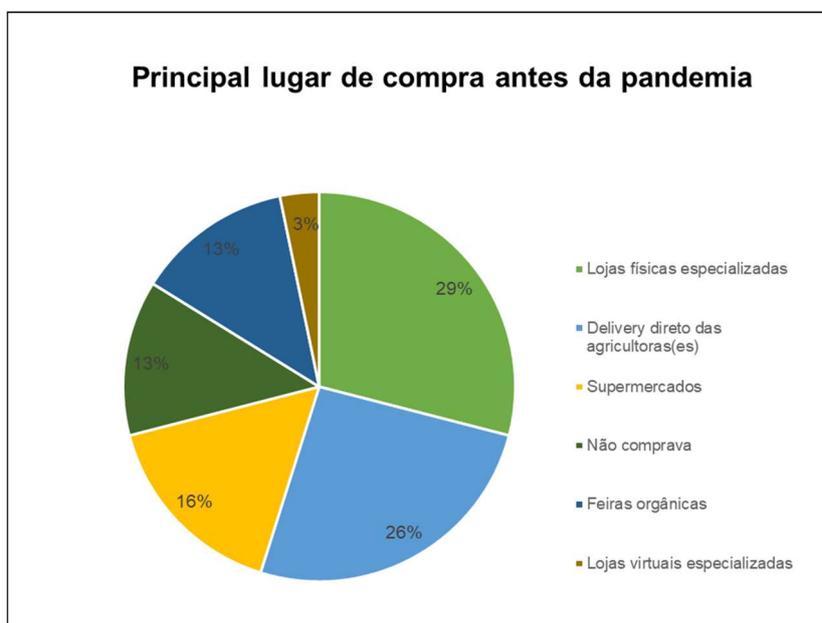
Para os consumidores que preferem não comprar orgânicos de localidades mais distantes (16%), as principais razões em ordem decrescente de importância seriam: “não é recomendado pelo caminho longo percorrido e gera impactos ao meio ambiente”, “preços”, “perda de qualidade do produto” e “não conheço as(os) agricultoras(es) e produtoras(es)”.

#### 5.2.4 HÁBITOS ALIMENTARES ANTES E DURANTE A PANDEMIA

Dando continuidade à caracterização dos consumidores de *AFNs*, nesta seção relatam-se as modificações ocorridas com as famílias no âmbito alimentar em decorrência da pandemia do coronavírus. Todas as pessoas afirmaram que não se alimentam exclusivamente de orgânicos, de forma que complementam suas compras com alimentos convencionais quando não encontram disponibilidade e preços acessíveis.

Um percentual significativo de pessoas (91%) já era habituado a cozinhar e comer em casa antes do surgimento da Covid-19, e afirmaram terem mantido esse costume. Apenas uma pessoa contou que passou por mudanças, e agora precisa fazer a maioria das refeições fora de casa. Dos respondentes que não costumavam comer em casa antes da pandemia (9%), todos relataram que houve mudanças e agora passaram a fazer as refeições dentro de casa.

Figura 18 - Principal lugar de compra de orgânicos antes da pandemia



Fonte: Própria autora

Sobre o principal canal de comercialização que costumavam acessar para comprar orgânicos antes da pandemia, a maioria dos consumidores frequentava

“lojas físicas especializadas” (29%) e fazia pedidos por “*delivery* direto das agricultoras(es)” (26%). Para 16%, o principal local de compra eram os supermercados. Algumas pessoas responderam que de fato houve mudanças na escolha de locais para comprar orgânicos durante a pandemia, seja pelas restrições de distanciamento social, por surgir novas e mais opções *online* de venda de alimentos com serviço de entregas em domicílio ou pela busca de valores para um consumo alimentar consciente.

Cerca de 88% dos consumidores encontram dificuldades que os fazem comer menos orgânicos do que gostariam. Os fatores mais citados foram o preço, a disponibilidade de oferta de alimentos variados, a falta de tempo para organizar as compras e cozinhar.

Cabe salientar, por fim, a presença da relação de solidariedade neste grupo de consumidores: 94% dos entrevistados declararam ter participado, direta ou indiretamente, de iniciativas de doação de alimentos. É fato que as pessoas que compõem a amostra da presente pesquisa costumam acessar alimentos orgânicos de diferentes *AFNs*, entre elas a “Orgânicas para Todes” e a “Cores Vivas”, ambas experiências que estiveram envolvidas na organização de campanhas solidárias de doação de alimentos orgânicos. A estratégia de arrecadação das doações, integrada ao momento de compra dos alimentos para consumo próprio nessas redes, foi um fator facilitador que aumentou o engajamento dos consumidores, segundo comentado por uma das pessoas que colaborou financeiramente para uma das campanhas solidárias.

Além das participações indiretas por meio de contribuições em valores monetários para viabilizar as doações de alimentos, muitas pessoas também se envolveram mais ativamente em outras ações, como o trabalho voluntário na produção de marmitas solidárias e organização de arrecadações de dinheiro para compra de cestas básicas.

Diversas redes de solidariedade no país se mobilizaram para levar doações de alimentos a populações vulneráveis. A Associação de Agricultura Biodinâmica, em parceria com a Fundação Banco do Brasil e outras entidades

sociais de Botucatu, colaborou com a doação de 4 toneladas de hortifrutis orgânicos (abóbora, banana e mandioca) para 800 famílias na campanha “Ajuda humanitária – Coronavírus Covid-19”<sup>26</sup>. O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) doou em todo o território nacional mais de 1,15 milhão de marmitas e 6 mil toneladas de alimentos durante a pandemia<sup>27</sup>.

Parte dos entrevistados mencionou ter participado também de campanhas solidárias de alimentos articuladas por outras organizações e movimentos sociais, alguns destes estão descritos a seguir.

Quadro 2 - Diversidade de iniciativas solidárias de doação de alimentos durante a pandemia

Iniciativa	O que é?	Ações
Casa do Povo	Centro cultural no bairro do Bom Retiro em São Paulo (SP)	Projeto "Vizinhança Solidária", o qual arrecada alimentos de xepa de feiras, agricultores e outros projetos humanitários para doações.
Cozinha Solidária MTST	Projeto criado pelo Movimento dos Trabalhadores sem Teto, atuação em território nacional	Recebe doações para construção de cozinhas para o preparo de marmitas para serem doadas a famílias nas periferias dos centros urbanos.
Enjoy Alimentação Orgânica	Empresa de alimentos orgânicos na região sul de São Paulo (SP)	Venda e entregas de orgânicos na periferia, alimentos produzidos por agricultores de Parelheiros.
Movimento União BR	Organização criada para minimizar os efeitos da pandemia, atuação em território nacional	Arrecadação de recursos para doação de alimentos, itens de higiene e limpeza, equipamentos hospitalares e reforma de hospitais.

<sup>26</sup> Mapeamento Ação Coletiva Comida de Verdade: aprendizagem em tempos de pandemia. Disponível em: <<https://agroecologiaemrede.org.br/experiencia/campanha-ajuda-humanitaria-coronavirus-covid-19-2/>>. Acesso em 30 mai. 2021.

<sup>27</sup> “MST ultrapassa 6 mil toneladas de alimentos doados durante a pandemia”. Disponível em: <<https://mst.org.br/2022/01/14/mst-ultrapassa-6-mil-toneladas-de-alimentos-doados-durante-a-pandemia/>>. Acesso em 30 mai. 2021.

<b>Iniciativa</b>	<b>O que é?</b>	<b>Ações</b>
Organicamente Rango	Projeto da Agência Solano Trindade, organização da sociedade civil que visa fomentar e apoiar a produção e difusão da cultura popular, atuação no Campo Limpo, zona sul de São Paulo (SP)	Produção e distribuição de marmitas para famílias que vivem na periferia.
O Amor Agradece	Organização dedicada ao combate da fome em São Paulo (SP), criada durante a pandemia	Produção e distribuição coletiva de marmitas solidárias (mais de 54 mil em 2020), kits de higiene, agasalhos para população em situação de vulnerabilidade.
Panela Coletiva	Grupo formado por voluntários para ajudar pessoas em situação de vulnerabilidade na região central de São Paulo (SP)	Produção colaborativa de marmitas e outras ações de apoio, mais de 30 mil refeições doadas para 13 comunidades.
Pertim Orgânicos	ONG criada durante a pandemia por agricultores de Morungaba (SP)	Venda e entrega de cestas de orgânicos, doação para comunidades carentes em São Paulo e Campinas, apoio na criação de hortas nesses territórios como forma de promover autonomia.

Fonte: Elaborado pela própria autora (2022).

### 5.3 TRANSFORMAÇÕES NA RELAÇÃO DE PROXIMIDADE ENTRE AGRICULTORES E CONSUMIDORES

Ao analisar as transformações vivenciadas pelas agricultoras da Cooperapas e consumidores de *AFNs*, percebe-se que existem dois momentos distintos durante a pandemia. Um primeiro momento em que os casos de contaminação e número de mortes se encontravam em nível crescente, com medidas rigorosas de isolamento social e atividades presenciais suspensas. E um momento posterior, com a redução da taxa de transmissão, de mortes e início da vacinação, e flexibilização das recomendações de distanciamento.

A comercialização de forma direta dos alimentos orgânicos pela cooperativa e pelas agricultoras, além da participação em outras atividades

presenciais, foram impactadas com intensidades diferentes também durante essas fases da pandemia, como se observa a seguir.

Quadro 3 - Situação dos canais de comercialização direta e atividades complementares da Cooperapas antes e durante a pandemia

	Antes da pandemia	Fase crítica da pandemia	Após flexibilização do isolamento
Vendas para Instituto Chão e restaurantes	SIM	NÃO	SIM
Feira do “Melódromo” do Ibirapuera	SIM	NÃO	SIM
Feiras itinerantes do Sesc-SP	SIM	NÃO	NÃO
Vendas por <i>delivery</i>	SIM	SIM	SIM
Vendas no local de produção / turismo	SIM	NÃO	NÃO
Oficinas, palestras, rodas de conversa presenciais	SIM	NÃO	NÃO

Fonte: Elaborado pela própria autora (2022).

Antes da chegada do coronavírus, as atividades para além da comercialização via cooperativa (Instituto Chão, restaurantes), como as feiras livres, as vendas no local de produção por meio das visitas de turismo, e oficinas e palestras eram as que mais possibilitavam uma proximidade física e contato direto com consumidores. Nessas ocasiões, a troca de saberes era um elemento muito importante para se construir também uma proximidade relacional com as pessoas. O compartilhamento de informações sobre a produção de alimentos orgânicos e suas especificidades, além dos desafios de logística de distribuição e transporte, oferece aos consumidores uma tomada de consciência sobre a importância do trabalho realizado pelos agricultores.

Ao longo da fase mais crítica da pandemia em 2020/2021, quando ainda não havia perspectivas de vacina para a população, todos esses compromissos presenciais foram suspensos, fato que comprometeu não somente a renda dos agricultores como também os movimentos de aproximação relacional com os consumidores.

Embora alguns canais de venda tenham sido retomados durante o momento menos crítico do coronavírus, outros canais que promoviam movimentos de proximidade, como as feiras do Sesc-SP, o turismo e a participação em eventos presenciais, ainda permaneceram em pausa. As vendas por *delivery* seguiram em funcionamento, entretanto, a comunicação mediada por telas parece não oferecer a mesma qualidade de interação e proximidade com as pessoas se comparada à presencial. Um problema relatado pelas agricultoras foi a qualidade da infraestrutura de internet disponível na região de Parelheiros, muitas vezes apresentando oscilações no sinal de *wifi* e do celular.

Percebe-se que, se por um lado a Covid-19 limitou os encontros presenciais nas redes alternativas, por outro lado, esse momento pode ter favorecido uma maior reflexão por parte dos consumidores sobre a importância da alimentação saudável e sua relação com a agroecologia e a saúde humana, animal e ambiental. Segundo uma das agricultoras, como as pessoas estão passando um tempo prolongado dentro de casa, tornam-se mais conscientes quanto à qualidade de sua alimentação. Nesse sentido, ela afirma que a procura por alimentos orgânicos com serviço de entrega a domicílio cresceu significativamente, e conhece vários agricultores que começaram nesse período a comercializar desse modo. Para as agricultoras, as pessoas agora percebem que os alimentos orgânicos são uma necessidade para tornar o organismo mais forte e mais propício a se defender das doenças.

Como visto na seção anterior, uma parcela de consumidores também se mostra consciente sobre os impactos de práticas não sustentáveis na agricultura e do uso de agrotóxicos no meio ambiente e na saúde. Isso os motiva a incluir os orgânicos em sua dieta e fortalece o apoio às redes alimentares alternativas.

É fato que aqui a discussão se restringe a uma maior consciência gerada com a pandemia em parcelas da população que podem escolher por comprar alimentos orgânicos, geralmente de classe média e alta. Sabe-se que mais da metade da população brasileira convive atualmente com insegurança alimentar e nutricional, agravada também pelas altas taxas de desemprego e inflação dos

alimentos, como arroz, óleo vegetal e carne. De forma contrária às recomendações do Guia Alimentar<sup>28</sup>, uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) em 2020 mostrou que o consumo de alimentos ultraprocessados por brasileiros, entre 45 e 55 anos, saltou de 9% para 16% durante a pandemia.

Em todos os relatos das agricultoras, é perceptível que a proximidade relacional que existia com os consumidores antes da pandemia era certamente essencial para gerar um movimento de conscientização e valorização do trabalho que realizam, de forma a contribuir para o fortalecimento da agroecologia.

A crise da Covid-19 mostrou a capacidade das *AFNs* de se reinventar e criar inovações nas formas de escoar a produção de alimentos orgânicos. Parece ter contribuído ainda para acelerar uma mudança de valores em direção a uma maior conscientização para um consumo mais sustentável e responsável. Contudo, para que essas redes sejam viáveis a longo prazo e colaborem na transformação do sistema alimentar dominante, é preciso também se debruçar na análise dos entraves que limitam o seu desenvolvimento, que podem ser relacionados a questões fundiárias, organizacionais e de logística.

---

<sup>28</sup> Guia Alimentar para a População Brasileira, publicado pelo Ministério da Saúde em 2016. 2ª edição. Disponível em: <[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia\\_alimentar\\_populacao\\_brasileira\\_2ed.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf)>. Acesso em 5 jul. 2021.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pandemia do coronavírus (Covid-19) reflete a grave crise socioambiental acentuada pelas práticas hegemônicas da agropecuária industrial. A criação em larga escala de animais em regime de confinamento com o uso de antibióticos e produtos que estimulam o crescimento gera condições propícias para mutações de patógenos e emergência de novas zoonoses. Além disso, as grandes extensões de terra ocupadas por monocultivos de grãos e que demandam a utilização intensiva de agrotóxicos aceleram a degradação de ecossistemas e comprometem a sociobiodiversidade local.

Diante de um cenário de emergências climáticas e surgimento de outras zoonoses com potencial pandêmico, evidencia-se a urgente necessidade de reorientação do atual modelo de desenvolvimento rural para sistemas alimentares sustentáveis apoiados na agroecologia e na preservação da saúde humana, animal e ambiental.

A crise da Covid-19, não obstante, enfatizou a importância da “re-espacialização” do alimento, da reconexão das pessoas com o alimento, de se

restabelecer o contato com quem produz e de encurtar a distância entre a produção e o consumo. A valorização da alimentação saudável, local e orgânica esteve em pauta nesse período.

Nesse sentido, foi verificado que a pandemia da Covid-19 provocou não somente uma mudança nos hábitos alimentares dos consumidores, como também gerou uma mudança qualitativa nos valores e nas motivações compartilhadas entre agricultores e consumidores, nas dinâmicas de proximidade relacional proporcionadas pelas *AFNs*.

A exemplo da Cooperapas, os agricultores e agricultoras de Parelheiros, no extremo sul da cidade de São Paulo, se fortalecem com a comercialização em rede, pois possibilitam trabalhar com diversidade de canais de venda, e escoar a produção de alimentos orgânicos oriundos de diferentes unidades agrícolas familiares. A participação na cooperativa se mostra importante na trajetória das agricultoras antes da pandemia, uma vez que a estruturação da produção em rede para acesso aos circuitos curtos de alimentos orgânicos na cidade torna-se um incentivo ao seu aperfeiçoamento e à sua permanência no trabalho com agricultura orgânica. Para os consumidores, nota-se a importância dada ao conhecimento sobre quem produz o alimento, onde é produzido, à valorização do trabalho realizado pelos agricultores e confiança estabelecida.

Durante os meses iniciais mais críticos da pandemia, houve uma queda temporária nas vendas pela cooperativa, entretanto, inovações na forma de se relacionar e comercializar foram geradas, incluindo iniciativas de solidariedade para levar alimentos saudáveis a famílias em situação de insegurança alimentar e, ao mesmo tempo, gerar renda para os agricultores que precisavam de alternativas para escoar sua produção. A lógica de se trabalhar de forma coletiva na cooperativa e de haver uma estrutura de relações de mercado já consolidada no período pré-pandêmico foram diferenciais que possibilitaram a retomada gradual das vendas dos alimentos orgânicos, quando o comércio pôde reabrir.

Verificou-se que a proximidade física entre agricultores e consumidores, proporcionada no âmbito dessas redes, esteve temporariamente comprometida devido às restrições impostas pela pandemia. Por sua vez, os movimentos de proximidade relacional entre produção e consumo, ativados pelas *AFNs* durante a pandemia, demonstraram ser um ponto fundamental na mudança de consciência da sociedade sobre a necessidade de se produzir alimentos em sistemas alimentares sustentáveis, apoiados na abordagem de “*One Health*”. Para além da preocupação com a saúde humana, outras diversas motivações ambientais, sociais e políticas foram mencionadas pelos consumidores.

A escolha por um consumo responsável é um elemento essencial para fortalecer as redes alimentares alternativas, no entanto, não pode ser a única referência para orientar as políticas públicas e programas de desenvolvimento em agroecologia. É preciso salientar a necessidade de se aprofundar também a análise das questões institucionais e de logística que limitam a estruturação e expansão da oferta de alimentos orgânicos.

As políticas públicas de fomento à agroecologia nos territórios rurais da cidade de São Paulo devem assumir igualmente a responsabilidade de promover o desenvolvimento de sistemas alimentares sustentáveis em diálogo com a sociedade. Já existe um projeto em nível municipal, de parceria público-privada, que atua em Parelheiros nesse sentido e tem sido de grande relevância. No entanto, o apoio do Estado para os agricultores ainda se mostra insuficiente, especialmente para acesso a crédito para financiamento de melhorias na produção.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abreu, L. S. de. *A construção social da relação com o meio ambiente entre agricultores da Mata Atlântica brasileira*. Campinas: Embrapa Meio Ambiente, 2005.

Abreu, L. S.; Bellon, S.; Branderburg, A.; *et al.* Relações entre agricultura orgânica e agroecologia: desafios atuais em torno dos princípios da agroecologia. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 26, 143-160, 2012.

Abreu, L. S.; Bellon, S.; Branderburg, A.; *et al.* Controvérsias e relações entre agricultura orgânica e agroecologia. In: BRANDENBURG, A.; BILLAUD, J.; LAMINE, C. (Orgs.) **Redes de agroecologia: experiências no Brasil e na França**. Curitiba: Kairós Edições, 171-198, 2015, 248p.

ABRASCO - Associação Brasileira de Saúde Coletiva; IPEN - International Pollutants Elimination Network. *Agronegócio e pandemia no Brasil: uma sindemia está agravando a pandemia de COVID-19?* 2021.

Altieri, M. A.; Nicholls, C. I. Agroecologia: resgatando a agricultura orgânica a partir de um modelo industrial de produção e distribuição. *Ciência & Ambiente*, 27, 141-152, 2003.

Altieri, M. A.; Nicholls, C. I. Agroecology and the emergence of a post COVID-19 agriculture. *Agriculture and Human Values*, 1-2, 2020. doi: 10.1007/s10460-020-10043-7.

Altieri, M. A.; Nicholls, C. I. Do modelo agroquímico à agroecologia: a busca por sistemas alimentares saudáveis e resilientes em tempos de COVID-19. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 57, 245-257, 2021.

Bombardi, L. M.; Changoe, A. *Toxic trading: The EU pesticide lobby's offensive in Brazil*. *Friends of the Earth Europe*, 2022. Disponível em: <<https://friendsoftheearth.eu/publication/toxictrading/>>. Acesso em 13 mai. 2022.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. *Relatório Nacional de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos*, v. 1, t. 2. Brasília, 2018. Disponível em: <[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/relatorio\\_nacional\\_vigilancia\\_populacoes\\_expostas\\_agrotoxicos.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/relatorio_nacional_vigilancia_populacoes_expostas_agrotoxicos.pdf)>. Acesso em 14 set. 2020.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. *Acompanhamento da Safra Brasileira de Grãos*, Brasília, DF, v. 9, safra 2021/22, n. 8, mai.2022. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/graos/boletim-da-safra-de-graos>>. Acesso em 10 mai. 2020.

Costa, E. V. Cotia e Itapeverica da Serra, subúrbios agrícolas. In: AZEVEDO, Aroldo de (Org.). *A cidade de São Paulo: estudos de Geografia Urbana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958. v. IV: Os subúrbios paulistanos.

Darolt, M. R.; Lamine, C.; Brandenburg, A.; Alencar, M. de C. F.; Abreu, L. S. de. Alternative food networks and new producer-consumer relations in France and in Brazil. *Ambiente & Sociedade*, 19(2), 1-22, 2016.

Diegues, A.C.S. Sociobiodiversidade. In: Ferraro, J.L.A. *Encontros e Caminhos: formação de Educadores(as) Ambientais e coletivos Educadores*. Brasília. Editora MMA - Ministério do Meio Ambiente, 303-312, 2005.

Goldberger, J. R. Conventionalization, civic engagement, and the sustainability of organic agriculture. *Journal of Rural Studies*, 27, 288-296, 2011.

Guzmán, E.S. (Org.). *Canales cortos de comercialización alimentaria en Andalucía*. Instituto de Sociologia y Estudios Campesinos. Universidad de Córdoba. Centro de Estudios Andaluces: Sevilla, 2012.

HLPE - High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security. *Food losses and waste in the context of sustainable food systems*. Rome: FAO, 2014. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-i3901e.pdf>>. Acesso em: 7 jul. 2020.

Model, P.A.; Dernardin, V. F. Agricultura familiar e a formação de circuitos curtos de comercialização através das feiras livres: o caso da Matinfreira-PR. In: *Anais do XVI ENGEMA*. São Paulo, 2014.

Nakamura, A. C. *Cooperapas: agricultura e cooperativismo no extremo sul do município de São Paulo*. São Paulo, Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - USP, 2016.

Oliveira, P. S.; Marjotta-Maistro, M. C. Canais de comercialização de orgânicos: alternativas para os agricultores familiares do Leste Paulista. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 12, 81-103, 2016.

Organis Brasil. Panorama do consumo de orgânicos no Brasil. Associação de Promoção dos Orgânicos. Curitiba, 2019. Disponível em: <<https://organis.org.br/pesquisa-consumidor-organico-2019>>. Acesso em 16 jul. 2020.

Paül, V.; Mckenzie, F. H. Peri-urban farmland conservation and development of alternative food networks: insights from a case-study area in metropolitan Barcelona (Catalonia, Spain). *Land Use Policy*, 30, 94-105, 2013.

Penteado, A. R. Os subúrbios de São Paulo e suas funções. In: Azevedo, Aroldo de (Org.). *A cidade de São Paulo: estudos de Geografia Urbana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958. v. IV: Os subúrbios paulistanos.

Perez-Cassarino, J.; Ferreira, A. D. D. Agroecologia, construção social de mercados e a constituição de sistemas agroalimentares alternativos: uma leitura a partir da rede eco vida de agroecologia. In: Niederle, P. A. *et al.* (Org.). *Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura*. 1ed. Curitiba: Kairós, v. 1, p. 171-214, 2013.

Ploeg, J. D. Van Der. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Tradução Rita Pereira. Porto Alegre (RS): Editora da UFGRS, 2008.

Rede PENSSAN - Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. *II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, 2022*.

Renting, H.; Marsden, T.; Banks, J. Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development. *Environment and Planning A*, 35(3), 393-411, 2003. doi: 10.1068/a3510.

Rover, O. J.; Riepe, A. de J. A relação entre comercialização de alimentos e princípios agroecológicos na rede de cooperativas de reforma agrária do Paraná/Brasil. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 38, 663-682, 2016.

Santos, F.; Tonezer, C.; Rambo, A. G. Agroecologia e agricultura familiar: um caminho para a soberania alimentar? In: *Anais do 47º Congresso da Sociedade*

*Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural* – SOBER. Porto Alegre, 2009.

Seabra, M. G. *As cooperativas mistas do estado de São Paulo: estudo de Geografia Econômica*. São Paulo, Tese (Doutorado em Geografia) - USP, 1973.

Soglio, F. D. *Agricultura e sustentabilidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

Ugaglia, A. A., Boutry, O., Ferru, M., *et al.* *La crise de la covid-19, un levier de changement pour le système alimentaire français?* *Revue de la régulation - Capitalisme, institutions, pouvoirs*, Association Recherche et Régulation, 29, 2021. doi: <https://doi.org/10.4000/regulation.18589>.

UNEP - United Nations Environment Programme; International Livestock Research Institute. *Preventing the Next Pandemic: Zoonotic diseases and how to break the chain of transmission*. Nairobi, Kenya. 2020. Disponível em: <<https://www.unep.org/resources/report/preventing-future-zoonotic-disease-outbreaks-protecting-environment-animals-and>>. Acesso em 13 mai. 2021.

Vargas, R. S.; Oliveira, J. R. de.; Franco, F. S. A dissociação do ser humano com a natureza e o advento da pandemia da Covid-19: a prática da agricultura biodinâmica na contramão do aumento de zoonoses. *Revista Brasileira de Agroecologia*, 15(4), 42-55, 2020. doi: 10.33240/rba.v15i4.23311.

Wang, R. Y.; Si, Z.; Ng, C. N.; Scott, S. The transformation of trust in China's alternative food networks: disruption, reconstruction, and development. *Ecology and Society*, 20(2), 2015.

Weber, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. São Paulo: editora UnB, 2. Ed, 2004.

Wezel, A.; Bellon, S.; Doré, T. *et al.* Agroecology as a science, a movement and a practice: a review. *Agronomy for Sustainable Development*, 29(4), 503-515, 2009.

Wilkinson, J. Economic and agrofood studies in Brazil: combining social networks, convention and social movement approaches. *Economic Sociology - The European Electronic Newsletter*, 11(2), 3-9, 2010.

## APÊNDICES

### Apêndice 1 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE): Cooperapas

#### **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

1. Você está sendo convidada(o) para participar da pesquisa: "Redes alimentares alternativas na metrópole de São Paulo: a (re)conexão entre agricultores e consumidores em tempos de pandemia".
2. O projeto possui o objetivo de compreender a situação social, econômica, produtiva e de mercado das redes alimentares alternativas na cidade de São Paulo, no período da pandemia e pós-pandemia, com o intuito geral de produzir conhecimentos sobre os desafios e os limites da produção de base ecológica e assim, subsidiar políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar.
3. Você foi selecionada(o) por fazer parte de uma das redes agroecológicas selecionadas para a pesquisa e sua participação não é obrigatória. Serão necessários cerca de 30 minutos para a entrevista. Devido ao contexto da pandemia e às recomendações das autoridades de saúde para se manter o distanciamento social, a entrevista será realizada em plataformas de comunicação virtual, como Google Meet e Skype.
4. Sua participação nesta pesquisa consistirá em uma conversa sobre a rede agroecológica da qual faz parte, onde abordaremos as questões que emergem durante a pandemia do novo coronavírus (COVID-19).
5. Considerando que toda pesquisa envolve riscos, caso você sinta-se desconfortável em responder qualquer pergunta, você poderá deixar sem responder ou desistir de responder em qualquer momento, sem prejuízo algum.
6. Quanto aos benefícios da pesquisa, espera-se que as contribuições dos atores sociais da pesquisa (agricultores, consumidores e gestores) sejam importantes para discutir os impactos e possíveis soluções para a crise desencadeada pela

pandemia da COVID-19 na produção familiar agroecológica. Pretende-se trazer à luz questões que desafiam o desenvolvimento das redes alimentares alternativas, visando pautar as estratégias de formulação de políticas públicas para o fomento da agroecologia no Brasil.

7. A qualquer momento você poderá desistir de participar da pesquisa e retirar seu consentimento.

8. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição/UFSCar.

9. As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação.

10. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação.

11. Não haverá despesas decorrentes da participação na pesquisa.

12. O participante da pesquisa que vier a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não no Registro de Consentimento Livre e Esclarecido, tem direito a assistência e a buscar indenização.

13. Você ficará com uma cópia deste termo onde consta o telefone e e-mail da pesquisadora principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

---

Pesquisadora responsável

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar que funciona na Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luís, s/n, km 235 - CEP 13565-905 - São

Carlos - SP - Brasil. Fone (16) 3351-9685. Endereço eletrônico:  
cephumanos@ufscar.br.

São Paulo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

---

Participante da pesquisa

Apêndice 2 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE):  
consumidores

### **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

Você está sendo convidada(o) para participar da pesquisa: "Redes alimentares alternativas na metrópole de São Paulo: a (re)conexão entre agricultores e consumidores em tempos de pandemia".

Nosso principal objetivo é compreender, junto a agricultoras(es) e consumidoras(es), a diversidade de realidades vivenciada pelas redes de alimentos agroecológicos em São Paulo durante a pandemia da Covid-19. Também iremos refletir sobre as transformações ocorridas na comercialização e no consumo, se proporcionaram uma maior conscientização alimentar e aproximação com quem produz.

Caso se sinta desconfortável em responder qualquer pergunta, você poderá deixar sem responder ou desistir de responder a qualquer momento, sem prejuízo algum.

As informações obtidas na pesquisa não serão divulgadas de forma a possibilitar sua identificação.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSCar, parecer nº 4.507.566.

Se precisar de informações adicionais, pedimos que entre em contato pelo e-mail: [nataliacheung@estudante.ufscar.br](mailto:nataliacheung@estudante.ufscar.br).

Li e aceito participar da pesquisa. Caso não concorde, pedimos apenas que feche seu navegador.

## Apêndice 3 - Roteiro de entrevista semiestruturada: Cooperapas

### **Seção 1: Perfil do Entrevistado**

1. Em qual município você reside e em que zona se encontra?
2. Qual sua idade?

### **Seção 2: Histórico de produção e comercialização de alimentos**

Nos conte um pouco sobre sua trajetória como agricultor(a)

1. Qual é sua cidade natal?
2. Quais foram suas profissões?
3. Atualmente, na condição de produtor(a), é: arrendatário, proprietário, outros (especificar)
4. Onde está localizada a unidade de produção rural?
5. Qual a área total dessa unidade e do local de produção de alimentos?
6. Quando se iniciaram as atividades agrícolas nesse local?
7. Conte como era o modo de produzir nessa época, com relação ao cultivo do solo, manejo da água.
8. Com quem aprendeu sobre as práticas de manejo ecológicas?
9. Como descreveria sua relação com a natureza (no passado e atualmente) e como isso é levado em consideração para definir suas práticas na produção de alimentos?
10. Antes de fazer parte da cooperativa, onde e de que forma comercializava os alimentos produzidos?

11. Qual era a principal fonte de renda da família?
12. Quais eram os principais alimentos cultivados?
13. Desde quando participa da cooperativa? Como o processo de produção e comercialização se desenvolve através da cooperativa? Faz parte de algum grupo que buscou a certificação orgânica?
14. Desde então, houve mudanças na diversidade dos alimentos cultivados?
15. Quais eram as expectativas iniciais do grupo na fundação da cooperativa? Como você descreveria a Cooperapas atualmente?
16. Existe uma participação ativa dos membros da cooperativa em reuniões e atividades propostas? De que forma ocorre essa participação?
17. Você tem filhos? Pensando no futuro, você deseja manter esta unidade de produção, vender ou dividir com seus filhos?

### **Seção 3: Mudanças provocadas na maneira de produzir e comercializar com a pandemia**

1. Houve mudanças na maneira de produzir os alimentos após o surgimento da pandemia? Quais?
2. Estão sendo aplicadas medidas de segurança sanitária em sua atividade produtiva? Quais?

### **Aspectos econômicos: renda atual dos produtores e relação com o mercado**

3. Atualmente, quais são as atividades agrícolas que geram renda familiar? Existem outras fontes de renda complementares?

4. Quais eram as formas de comercialização antes da pandemia?
5. E agora durante a pandemia, quais são os canais de comercialização?
6. O que mudou na maneira de comercializar com a pandemia?
7. Você acha que a crise gerada pela COVID-19 tem afetado os preços dos insumos usados na produção e, conseqüentemente, os preços de venda dos produtos?
8. Caso tenha percebido um aumento, em que porcentagem (%) aproximadamente?
9. Como estão se comportando as vendas no período da pandemia?
10. Você acha que a crise gerada pela COVID-19 tem afetado seu faturamento bruto?
11. Deseja continuar trabalhando com a agricultura orgânica?

**Aspectos sociais: atual organização do trabalho familiar e/ou contratação de mão de obra. Caracterização social e agrícola das unidades de produção.**

12. Antes da pandemia, quem trabalhava diretamente na produção e na comercialização dos alimentos? E como era a participação de todos nas tomadas de decisão?
13. E agora durante a pandemia, mudou algo?
14. Com relação aos trabalhos de cuidado com a casa, existe uma divisão entre todos os membros da família? Como era antes da pandemia e como é agora?
15. Você sente que é reconhecido(a) pelo seu trabalho?

16. Com que frequência você costuma utilizar aparelhos eletrônicos para acessar a internet? Isso mudou com a pandemia?

17. Você encontra dificuldades para um maior uso de tecnologia digital no seu trabalho? Quais?

18. (Se houve mudanças com a pandemia) Quais as razões que levaram vocês a mudar a forma de produzir, comercializar e organizar o trabalho da família? Isso se deve exclusivamente à pandemia?

19. Você participou de alguma iniciativa de solidariedade de doação de alimentos durante a pandemia? Conte um pouco sobre essa experiência.

20. Antes da pandemia, como era a interação com os consumidores no momento da venda dos alimentos? Sente que alguma coisa mudou atualmente nessa relação, sente falta de algo?

21. Você acha que a pandemia tem mudado a percepção das pessoas sobre a importância da agroecologia e da agricultura familiar?

22. Na sua opinião, o que falta para a sociedade como um todo se conscientizar sobre quem produz o alimento e de onde vem? Como vê o potencial das redes agroecológicas e da relação mais próxima com os consumidores nessa conscientização?

#### **Seção 4: Políticas públicas**

1. Como avalia a política agrícola atual para a agricultura familiar, no que diz respeito aos subsídios, acesso ao crédito, organização do mercado, entre outros? Tem acesso a algum tipo de política pública? Se sim, quais?

2. Atualmente, você conhece e/ou tem acesso a programas de apoio (público ou privado) desenvolvidos para amenizar os efeitos econômicos gerados pela COVID-19? Quais?

3. No contexto atual de restrições de isolamento e distanciamento social recomendadas pelo governo (mobilidade e transporte, isolamento e distanciamento social, suspensão de trabalho presencial), acha que a sua atividade produtiva poderia se manter operando? Se sim, por quanto tempo?

#### Apêndice 4 - Questionário online: consumidores

1. Mora na cidade de São Paulo?

2. Qual a sua idade?

3. Gênero:

Feminino

Masculino

Não-binário

Prefiro não responder

Outro

4. Etnia / raça:

Amarela

Branca

Indígena

Parda

Preta

5. Profissão

6. Renda familiar mensal

7. Escolaridade:

Ensino fundamental

Ensino médio

Ensino superior

Pós-graduação

8. Desde quando consome alimentos orgânicos?

Infância

Adolescência

Idade adulta

Comecei recentemente, durante a pandemia do coronavirus

Sempre consumi

9. O que te levou a mudar seu hábito de consumo para alimentos orgânicos?

10. Atualmente, o que te motiva a consumir orgânicos?

11. Quais os principais tipos de alimentos orgânicos que costuma comprar e consumir?

12. Como você reconhece um hortifruti orgânico?

Pelo selo de certificação

Qualquer hortifruti, desde que informado que é produzido sem uso de agrotóxicos e insumos químicos

Qualquer hortifruti oriundo de diferentes tipos de produção de base ecológica (agroflorestal, biodinâmica, permacultura), mesmo sem certificação orgânica

Visitando unidades de produção orgânica

Conversando com agricultoras(es)/vendedoras(es) nos locais de venda

Outros

13. Você compraria alimento orgânico produzido em outra região do país?

Se sim, quais tipos de alimento?

Se não, por quais razões?

(avaliar como 1-nada importante 2-pouco importante 3-importante 4-muito importante)

Perda de qualidade do produto

Não é recomendado pelo caminho longo percorrido e gera impactos ao meio ambiente

Preços

Não conheço as(os) agricultoras(es) e produtoras(es)

14. Você compraria alimento orgânico importado de outro país?

Se sim, quais tipos de alimentos?

Se não, por quais razões?

(avaliar como 1-nada importante 2-pouco importante 3-importante 4-muito importante)

Perda de qualidade do produto

Não é recomendado pelo caminho longo percorrido e gera impactos ao meio ambiente

Preços

Não conheço as(os) agricultoras(es) e produtoras(es)

15. Você compra alimentos convencionais, que não são orgânicos?

Se sim, quais tipos de alimentos?

Se não, por quais razões?

(avalie como 1-nada importante 2-pouco importante 3-importante 4-muito importante)

Preocupação com a saúde

Impactos negativos no meio ambiente e na saúde de quem produz

Preços

Não conheço as(os) agricultoras(es) e produtoras(es)

16. Antes da pandemia, você costumava cozinhar e comer em casa?

17. Agora na pandemia, mudou a rotina de cuidado com sua alimentação e a de sua família?

Não, continuo a fazer a maioria das minhas refeições em casa

Não, continuo a fazer a maioria das refeições fora de casa

Não, peço delivery de restaurantes

Sim, passei a fazer a maioria das refeições em casa

Sim, passei a fazer a maioria das refeições fora de casa

18. Antes da pandemia, qual o principal lugar onde costumava comprar orgânicos?

Não comprava

Feiras orgânicas

Delivery direto das(os) agricultoras(es)

Lojas físicas especializadas

Lojas virtuais especializadas

Supermercados

Outros. Quais?

19. E agora, durante a pandemia, o que mudou na sua rotina de comprar orgânicos? Por quê?

20. Existe alguma dificuldade que faz você comer menos quantidade de alimentos orgânicos do que gostaria? Se sim, quais?

20. Ao pensar em agroecologia e nos alimentos que consome, qual grau de importância você atribui para os seguintes itens:

(avaliar como 1-nada importante 2-pouco importante 3-importante 4-muito importante)

Consumir alimentos cultivados sem o uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos

Comprar de agricultoras(es) locais e de municípios próximos a São Paulo

Comprar orgânicos direto das(os) agricultoras(es)

Diversificar sua alimentação

Saber quem produz e de onde vem o alimento

Conhecer as hortas e locais de produção de alimentos, participar de atividades em contato com a natureza

Saúde e bem-estar das(os) agricultoras(es)

Saúde e preservação do meio ambiente

Valorização da agricultura familiar

21. Participou de alguma ação solidária de doação de alimentos durante a pandemia? Se sim, pode nos contar um pouco dessa experiência?

22. Gostaria de deixar algum comentário adicional sobre os impactos da pandemia nos seus hábitos alimentares?